



RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

AGEU DIAS DO NASCIMENTO NETO

**O PROJETO ANJINHO DE DEUS: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS
DE PROTEÇÃO SOCIAL EM UMA ONG – (ORGANIZAÇÃO NÃO
GOVERNAMENTAL) NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ – CE.**

FORTALEZA - CE

2018

AGEU DIAS DO NASCIMENTO NETO

O PROJETO ANJINHO DE DEUS: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO
SOCIAL EM UMA ONG – (ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL) NO
MUNICÍPIO DE MARACANAÚ – CE.

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes

FORTALEZA – CE

2018

AGEU DIAS DO NASCIMENTO NETO

O PROJETO ANJINHO DE DEUS: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO
SOCIAL EM UMA ONG – (ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL) NO
MUNICÍPIO DE MARACANAÚ – CE.

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a.Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes

FORTALEZA

2018

AGEU DIAS DO NASCIMENTO NETO

O PROJETO ANJINHO DE DEUS: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL EM UMA ONG – (ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL) NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ – CE.

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Ms Virzângela Paula Sandy Mendes.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes (Orientadora)
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Prof. Ms. Francisco Antônio Ferreira de Almeida
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Prof. Esp. Francisca Emanuella Saraiva Martins
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

A Deus.

Aos meus pais, Comunidade Fanuel Face
Adorada e o Projeto Anjinhos de Deus.

AGRADECIMENTOS

A Deus vivo e verdadeiro amigo que sempre permaneceu ao meu lado, dando-me força e coragem para prosseguir minha caminhada. Aos meus pais, Antônio José Martinho (*in memória*), onde a saudade é grande, obrigado pai por todos os seus conselhos e também a minha mãe Maria Laila Dias Martinho a ser um grande exemplo de mulher e a toda minha família que sempre esteve comigo e pelo amor incondicional de uma vida inteira.

A Comunidade Católica Fanuel Face Adorada por ser minha grande incentivadora e por acreditar no meu potencial e me apoiar nessa jornada.

A fundadora da Comunidade Anadires que sempre foi compreensiva no decorrer da minha formação acadêmica.

A minha orientadora, Prof.^a Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes, pela sábia orientação que possibilitou a elaboração deste trabalho. A todos os professores do Curso de Serviço Social, que contribuíram para minha formação acadêmica. E as minhas amigas; Mariana Santana, Beatriz Barros, Indaia Ferreira e Lara Gabrielle que me incentivaram e apoiaram ao longo do curso.

Aos professores participantes da banca examinadora Francisco Antônio Ferreira de Almeida e Francisca Emanuella Saraiva Martins pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

O fruto deste trabalho foi de muito esforço e dedicação. E não seria possível sem a cooperação de várias pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta, para sua concretização, o meu muito obrigado.

“Sou apenas um lápis na mão de Deus. É ele quem me escreve”.

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

Diante da desresponsabilização do Estado brasileiro em face das expressões da questão social, a atuação de organizações da sociedade civil se torna necessária. Nesse sentido, o presente trabalho de conclusão de curso teve como principal objetivo compreender como o Projeto Anjinhos de Deus pode contribuir para o acesso aos direitos sociais das crianças atendidas, a partir das narrativas das mães. Teve ainda os seguintes objetivos específicos: analisar as principais demandas de políticas públicas apresentadas pelas famílias atendidas pelo Projeto Anjinho de Deus; Identificar as principais e atividades desenvolvidas pelo Projeto em Maracanaú-Ce e compreender os significados das ações do Projeto para a efetivação dos direitos das crianças e de seus familiares no bairro Acaracuzinho, do município de Maracanaú- Ce. A metodologia utilizada neste trabalho foi de cunho qualitativo, com pesquisa bibliográfica e pesquisas de campo, sendo realizadas oficinas e entrevistas junto às mães pertencentes ao Projeto Anjinho de Deus. A partir das entrevistas e realizações de oficinas foi possível perceber que as Interlocutoras tem uma concepção sobre direito, e as mesmas entendem que esses direitos são negados pelo Estado. Nesse contexto de negação de direito, as interlocutoras compreendem a importância do Projeto Anjinho de Deus, cujas ações reforçam os direitos das crianças, tais como o acesso à educação, lazer, cultura e esporte.

Palavras-chave: Direitos sociais. Projeto Anjinhos de Deus. Terceiro setor.

ABSTRACT

Facing the lack of responsibility of the Brazilian State in face of expressions of social questioning, the functioning of civil society organizations becomes necessary. In this sense, the present work of course conclusion had as its main objective to comprehend how the Project Little Angel of God can contribute to the access of social rights by the attended children, through the narratives of their mothers. It also had the following specific objectives: to analyse the main demands of public policy presented by the families who are attended by the Project Little Angel of God; to identify the main activities developed by the Project in Maracanaú-CE and to comprehend the meanings of the actions of the Project to the effectiveness of these children and their family's rights in the Acaracuzinho district, in the county of Maracanaú-CE. The methodology used in this work was of qualitative nature, with bibliographic and field researches. Workshops and interviews were also made with the mothers who participate in Project Little Angel of God. From the interviews and the realization of workshops it was possible to perceive that the interlocutors have a conception about right and that they understand that these rights are denied by the State. In this context of denial of rights the interlocutors comprehend the importance of Project Little Angel of God whose actions reinforce children's rights such as access to education, recreation, culture and sports.

Keywords: Social Rights. Project Little Angel of God. Third sector.

LISTA DE FIGURAS

Figura I -	Oficina de mobilização	50
Figura II -	Expressões artísticas do positivo e negativo	53
Figura III -	Oficina, O que é direito?	54
Figura IV -	Oficina, O que é direito?	57

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG - Associação brasileira de organização não governamental
ABRINQ - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
AI - Ato Institucional
ECA - Estatuto da Criança e Adolescente
EUA - Estados Unidos da América
FEBENS - Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OEA - Organização dos Estados Americanos
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONFL - Organizações Sem Fins Lucrativos
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OSC - Organização da Sociedade Civil
PDS - Partido Democrático Social
PEAS - Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT - Partido do Trabalhador
SAM - Serviço de Assistência do Menor
STJ - Superior Tribunal de Justiça
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	20
2.1. Aproximação com o objeto	20
2.2. Apresentações em lócus da pesquisa Projeto Anjinho de Deus e sua história	22
2.3. A inserção, com o campo e o sujeito da pesquisa	24
3. A TRAJETÓRIA DOS DIREITOS SOCIAIS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O ACESSO DA GARANTIA DE TODOS	27
3.1. Uma contextualização dos Direitos Sociais e Questão Social	27
3.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): A materialização dos direitos para crianças e adolescentes?	37
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERVENÇÃO DO TERCEIRO SETOR: RELATOS SOBRE O PROJETO ANJINHO DE DEUS	43
4.1. A atuação do Terceiro Setor diante das lacunas deixadas pelo Estado	43
4.2. “Direito é algo que nos pertence”: e as narrativas das interlocutoras da pesquisa	48
4.3. “Projeto é o porto seguro”: Narrativas e imagens do Projeto Anjinho de Deus	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67
ANEXO	70
APÊNDICES	71

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Cerqueira et al.(2016), percebe-se que no atlas da violência de 2016, tem altas taxas de homicídios que se dá por meio da baixa escolaridade das crianças e adolescentes, como também do perfil socioeconômico dessa faixa etária de pessoas. Nota-se ainda durante o processo de estudo, a alta taxa de violência comparada entre os anos de 2004 a 2014, observe a seguir:

O Brasil atingiu a marca recorde de 59.627 mil homicídios em 2014, uma alta de 21,9% em comparação aos 48.909 óbitos registrados em 2003. A média de 29,1 para cada grupo de 100 mil habitantes também é a maior já registrada na história do país, e representa uma alta de 10% em comparação à média de 26,5 registrada em 2004. É o que o Atlas da Violência 2016, estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FPSP), divulgado nesta terça-feira. A pesquisa ainda revela que jovens negros e com baixa escolaridade são as principais vítimas. No mundo, os homicídios representam cerca de 10% de todas as mortes no mundo, e, em números absolutos, o Brasil lidera a lista desse tipo de crime. (p. 21)

Nesse sentido, de acordo com notícia divulgada no site da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ), conhecida também como Fundação Abrinq, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, nos mostra dados do cenário da infância e da adolescência no Brasil, em que destaca-se 17,3 milhões de crianças e adolescentes até 14 anos - 40,2% da população dessa faixa etária, vivem em domicílios de baixa renda. Desses, 5,8 milhões (13,5%) em situação de extrema pobreza.

Segundo divulgação site do IBGE, em 2013 junto à equipe de Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos (PEAS), que existem no Brasil 14.791 entidades dessa natureza. Encontram-se mais da metade delas, na região Sudeste com o total de (52,0%), junto com as regiões Sul (24,9%), Nordeste (13,3%), Centro-Oeste (7,0%) e Norte (2,9%).

Ainda sobre a pesquisa divulgada pelo IBGE, nota-se que, o público-alvo predominante das entidades de assistência social era as famílias (67,8%), seguido pelas crianças de 0 a 12 anos (63,2%) e as crianças e adolescentes de 13 a 17 anos (59,1%). Nesse sentido, segundo o PEAS, 72,6% das entidades declararam ter a Assistência Social como sua principal área de atuação, com a Educação (11,0%) a seguir. Outras entidades desenvolviam

¹ Site IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14708-asi-peas-2013-678-das-entidades-de-assistencia-social-privadas-sem-fins-lucrativos-atendem-as-familias.html>. Acessado: 10/09/2017.

suas atividades principais na área da Religião (1,7%), Cultura e Esporte (1,6%), Direitos Humanos (0,9%) e Habilitação/Reabilitação (0,8%), entre outros.

O crescimento da atuação do Terceiro Setor está relacionado à ausência, ou pouca intervenção estatal na expressão da Questão Social. Desse modo, mediante os interesses antagônicos, o Estado não consegue suprir as demandas encontradas, uma vez que, se torna cada vez mais crescente a iniciativa privada, diminuindo assim, a sua responsabilidade em diversos meios, tantos políticos como econômicos e sociais.

Em contrapartida, temos fortemente presente à atuação do terceiro setor buscando intervir nas lacunas que não são supridas pelos outros setores (Estado e Iniciativa Privada). No intuito de corroborar com o processo de estudo, as leituras de Montañó (2010) reflete como surgiu o terceiro setor:

Surgiu na década de 80, numa construção teórica, com a preocupação de certos intelectuais ligados a instituições do capital por superar a eventual dicotomia público/privado? Teria data anterior, nas décadas de 60 e 70, com o auge dos chamados “novos movimentos sociais” e das “organizações não - governamentais”? Seria uma categoria vinculada às instituições de beneficência, caridade e filantropia, dos séculos XV a XIX (ou no Brasil, com as Santas Casas de Misericórdia, Cruz Vermelha etc.)? Sua existência data da própria formação da sociedade, conforme os contratualistas analisam? (p.. 55).

De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ², o termo “Terceiro Setor”, de origem norte-americana, surge como conceito consolidado nos Estados Unidos em 1978, tendo como idealizador John D. Rockefeller III. “No Brasil, o termo surge através da Fundação Roberto Marinho, sendo apresentado ao mundo por meio de empresas e intelectuais ligados à burguesia”. Corroborando com essa pesquisa Montañó (2007) afirmar que:

Isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia, há uma ideologia ligada à lógica capitalista que perpassa não apenas o conceito “Terceiro Setor”, mas todas as relações circunscritas no cerne do seu “surgimento” e expansão. (p. 53)

Nesse contexto, dentro do conceito de Terceiro Setor, a Associação Fanuel, faz parte da sociedade de organização civil sem fins lucrativos e de cunho religioso, esta articulada junto às atividades voltadas à filantropia. Sendo assim, o processo de estudo realizado foi o de esclarecer a relevância das atividades da Associação Fanuel para as famílias mais vulneráveis de alguns bairros em Maracanaú-CE.

² Site IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); Disponível em: file://C:/Users/Aluno/Desktop?area2-artigo12.pdf>. Acessado em: 12/09/2017

A Associação Fanuel, localiza-se no Município de Maracanaú no bairro Acaracuzinho, a mesma está ligada a Comunidade Fanuel Face Adorada. É uma Comunidade Católica da Renovação Carismática (RCC), onde se têm como carisma adorador para viver e anunciar o amor de Deus. Somos filhos de Jacó guiados por Santa Teresinha para evangelizar os corações sofridos, com a força e a benção do amor de Deus.

A mesma situa-se em uma área circundada por comunidades carentes, as quais fazem parte a Comunidade da Portelinha, Vila Vintém, Alto Alegre, Jardim das Maravilhas, Acaracuzinho, Novo Oriente e Santo Sátiro. Inúmeras crianças e adolescente, moradores dessa região vivem em situação de vulnerabilidade, muitas vezes, sujeitos a situações de violência doméstica, tráfico de drogas e exploração sexual.

No intuito de contribuir com as crianças e seus familiares, o Projeto Anjinho de Deus, busca promover e garantir os direitos sociais, os quais estão descritos na Constituição Federal de 1988. Com isso, o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), conforme a lei nº 8.069 de 13 de Junho 1990, no Art. 4º: afirma que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, Coelho (2009) afirma que “o Estado intervém por meio de políticas públicas no mercado a fim de assegurar aos seus cidadãos um patamar mínimo de igualdade social e um padrão mínimo de bem-estar”; sendo que, o Estado deixa lacunas no que diz respeito à garantia dos direitos dos cidadãos. Com isso, o Projeto Anjinho de Deus, na tentativa de minimizar essas lacunas de desigualdades sociais, busca por meio de suas atividades, esclarecerem a garantia desses direitos que estão constituídos na lei.

A atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs), considerando a lógica capitalista situa-se num terreno contraditório, pois, de um lado pode “desresponsabilizar” a necessidade de intervenção do Estado, mas do outro responde o interesse da comunidade. Diante dessas considerações o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), teve como objetivo geral: compreender como o Projeto Anjinho de Deus pode contribuir para o acesso aos direitos sociais das crianças atendidas, a partir das narrativas das mães.

Assim, formulamos como seguintes objetivos específicos, analisar as principais demandas de políticas públicas apresentadas pelas famílias atendidas pelo Projeto Anjinho de Deus, Identificar as principais e atividades desenvolvidas pelo Projeto em Maracanaú - Ce; e

compreender os significados das ações do Projeto para a efetivação dos direitos das crianças e de seus familiares no bairro Acaracuzinho, do município de Maracanaú - Ce.

Para a realização deste estudo, adotamos uma metodologia de natureza qualitativa, pois, o interesse apresentado por essa pesquisa não diz respeito à quantidade, mas a subjetividade dos sujeitos participantes. Diante disso, Chizzotti (1991), afirma que:

[...] A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. [...]. (p.79).

Portanto, a pesquisa qualitativa, trouxe consigo diferentes estudos, com métodos e técnicas diferenciadas. Com isso, por meio a toda essa diferenciação abordada pela mesma, tomamos por base as designações que são abrigadas dentro desse recurso, pois a análise feita aos indivíduos teve grande relevância dentro desse processo. Sendo assim, Minayo (2002) acrescenta que a abordagem qualitativa é importante:

[...] responde as questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações e dos fenômenos que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis. (p. 21)

Diante do exposto, articulando a abordagem da pesquisa qualitativa com o objeto estudado, compreendemos que a partir das narrativas das mães e voluntários do Projeto Anjinho de Deus é relevante percebermos que cada indivíduo tem sua subjetividade e particularidade em suas crenças, ações e valores. Assim, ao falarmos de pesquisa qualitativa tratamos com primazia, a utilização da coleta de dados e entrevistas.

Nessa trajetória, também realizamos uma pesquisa bibliográfica que segundo Severino (2007, p. 122), demonstra que, “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realizam a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” Nesse contexto, percebermos que através da bibliografia, obtivemos um embasamento teórico nas discussões sobre as categorias de análise da nossa pesquisa e coleta de dados para realização desse trabalho de conclusão de curso.

Para Gil (2010, p. 30), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Notamos que por meio desse recurso bibliográfico, a primazia do processo de estudo é notável, pois através dos recursos obtidos na instituição

Fanuel, como nos livros que constam na mesma, foi relevante para o enriquecimento desse projeto. Assim, em um de seus textos Severino (2007), no intuito de fortalecer a importância da pesquisa bibliográfica aponta:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realizam a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (p.122).

Nesse sentido, o presente estudo articula três categorias de análise, sendo elas: Direitos Sociais, Políticas Públicas e Organizações Não Governamentais (ONGs), ou seja, Terceiro Setor. Para discutir acerca da categoria analítica de direitos sociais, estudamos, dentre outros, Simões (2012) e Glatt (2013). No que se refere às políticas públicas para criança e adolescente, é necessário mencionar antes, a materialização dos direitos sociais que se dá por meio das políticas sociais. Assim, foi estudado a política social junto aos seguintes autores, Pereira (2011), Viana (2002) e Behring e Boscheti (2011).

A segunda categoria discutida nesse processo de estudo, foi direcionada as políticas públicas para criança e adolescente, para um enriquecimento a temática abordada utilizamos esses autores e as demais leis: Saraiva (2007), a Constituição Federal 1988, o Estatuto da criança e do adolescente - (ECA, 1990), Souza (2017), Oliveira (2012), Adão (2012) e tivemos acesso ao recurso eletrônico no que diz respeito à revista Agenda Política (2015).

A terceira categoria estudada foi Organizações Não Governamentais (ONGs), ou seja, Terceiro Setor. Para debatermos sobre essa temática, nos aprimoramos junto aos autores: Dias (2003), Simões (2012) e Montaña (2002).

Em seguida, fizemos o uso da pesquisa documental, pois, foram feitas análises acerca dos documentos instrumentais do Projeto Anjinho de Deus, assim como, do estatuto do projeto, fichas cadastrais de todas as famílias referentes ao projeto. Segundo Severino (2007, p.122), a base que fundamenta a pesquisa documental é, “[...] documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, [...], outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

Nessa perspectiva, Gil (2010, p. 31), aponta que, “a modalidade mais comum de documento é a constituída por um texto escrito em papel, mas estão se tornando cada vez mais frequentes os documentos eletrônicos, disponíveis sob os mais diversos formatos”. Assim, realizamos diversos acessos ao recurso eletrônico tais como: sites que apontam a artigos científicos, teses, revistas eletrônicas, pagina eletrônica do objeto estudado, a fim de

desenvolver um excelente conteúdo na articulação com o objeto de estudo e a teoria.

Neste estudo, também fizemos a pesquisa de campo. Através desta, ocorreu uma articulação melhor entre a realidade estudada e os dados que foram coletados. De acordo com Severino (2007, p.123), “na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio”, a fim de ser investigado pelo pesquisador. Ou seja, o campo se tornou a base principal para contribuir com os resultados da pesquisa.

Conforme citado, a pesquisa de campo foi realizada na Comunidade Fanuel Face Adorada, uma Organização Não Governamental (ONG), localizada na Avenida Central, 1250, Conjunto Acaracuzinho, Maracanaú – Ceará. Em 2003, foi criado o Projeto Anjinhos de Deus, com intuito de fortalecer a dignidade de crianças e seus familiares, iniciou com atividades aos sábados voltadas à educação religiosa e o sopão. O projeto tem capacidade para atender 30 crianças, durante a semana de segunda a sexta-feira, no período matutino, desenvolvendo atividades de caráter religioso, reforço escolar, atividades culturais e oferecendo café da manhã e almoço. As crianças participam dessas atividades no contra turno escolar.

De acordo com relatos da fundadora Ana Dires, percebemos que muitas crianças trazem o desinteresse pelos estudos, consequência do abandono dos pais aos estudos e a vida escolar cedo, e hoje não possuem condições de sustentá-las. Algumas crianças, não têm a perspectiva de sonhar em ter uma profissão, e conquistar uma vida diferente da que vivem atualmente. O projeto sobrevive exclusivamente de doações e voluntariado. As refeições são doadas por pequenas empresas e comerciantes locais. Além disso, recebem doações mensais de pessoas físicas, as quais são denominamos Padrinhos da Misericórdia.

De acordo com informações coletadas em documento interno da Associação Fanuel datada no ano de 2003, o mesmo tem como missão e valores do Projeto Anjinho de Deus, “trabalhar com crianças em situação de vulnerabilidade social com fins de viabilizar e garantir direitos, criando possibilidades para seu crescimento pessoal e social”. O projeto tem como valores, o de “integrar as crianças em atividades religiosas, educativas, culturais e esportivas para expandir os horizontes, garantindo o acesso a oportunidades”.

Quanto ao estatuto da Associação Fanuel, temos os seguintes objetivos geral, específicos e como metas:

Cuidar de crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade, devolvendo-lhes a dignidade, contribuindo para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades na igreja e na sociedade. Portanto, as metas do projeto articulam-se em, atender crianças de 06 a 13 anos, no período do dia em que não estão na escola e que não tem acesso a creche ou outros projetos; promover a aproximação das crianças e adolescentes ao coração acolhedor e amoroso da Igreja de Cristo, através da inserção dos mesmo e de suas famílias às atividades da Comunidade Fanuel Face

Adorada; integrar a igreja de Jesus, colaborando como todos os movimentos leigos – Catequese, Infância Missionária, Pastoral da Criança – e promovendo entre os pequenos, pobres e marginalizados a vivência da caridade; retirar a criança e o adolescente da ociosidade da rua, através de trabalhos sociais que possam alegrar os corações dos mesmo; aproximar as crianças e adolescentes do universo das artes como: a música, o teatro e a dança; desenvolver nas crianças e adolescentes a facilidade de se expressar em público, inicialmente, com os colegas de turma e promover campanhas de conscientização a respeito dos direitos da criança e do adolescente.

Observamos que dentro do estatuto da Comunidade Fanuel Face Adorada, são oferecidos outros projetos, tais como: Projeto Madre Tereza de Calcutá, voltado ao trabalho com pessoas vulneráveis, com ações de caráter assistencialista; Projeto Ressuscitado em Cristo (REC), trabalho voltado diretamente a pessoas com dependência química (álcool e droga); Projeto Juventude Fanuel, trabalho com a juventude, levando o amor de Deus ao jovem; Projeto Família Fanuel, que trabalha com casais, levando o amor de Deus às famílias.

Após a realização da pesquisa bibliográfica e documental, entramos em contato com as interlocutoras que são as mães participantes da pesquisa do Projeto Anjinhos de Deus. Embora as mães sejam os sujeitos principais da pesquisa, entrevistamos também alguns voluntários que fazem parte do projeto. A partir daí, compreendemos como surgiu o Projeto Anjinho de Deus, e como acontece a atuação do mesmo dentro do bairro ao qual está localizado.

Esse estudo teve como técnica de coleta de dados, a entrevista semiestruturada. Segundo Demo (1995, p.94), “a entrevista semiestruturada se define como uma atividade científica que permite ao pesquisador descobrir a realidade”. Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada, com algumas perguntas sobre o Projeto Anjinho de Deus, sendo realizadas as entrevistas com as interlocutoras mães e alguns voluntários do Projeto.

Utilizamos também, a técnica de observação direta e participante. A partir da autorização da instituição, realizamos oficinas que abordaram temáticas sobre, a relevância dos direitos sociais, a importância do Projeto Anjinho de Deus em seu âmbito familiar, como também, reuniões e palestras com as interlocutoras mães para apresentar a ideia da pesquisa e convidá-las a participar desse processo estudo. Nesse contexto, Gil (2010, p.121), discorre o seguinte: “A observação participante consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, da organização ou do grupo em que é realizada a pesquisa. O observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo”.

Obtivemos, como instrumentos auxiliares, roteiro de entrevista, gravador de voz, diário de campo e roteiro de observação, os quais foram utilizados durante a convivência com os sujeitos participantes desse processo de estudo. Nesse sentido, esse procurou priorizar as

narrativas das mães sobre a importância do projeto Anjinho de Deus, como a mesma viviam antes de se engajar no projeto, e de que forma as interlocutoras tinham acesso à informação dos seus direitos. Bauer e Gaskell (2010) apontam o conceito de narrativa como:

[...] as narrativas se tornaram um método de pesquisa muito difundido nas ciências sociais. A discussão sobre narrativas vai, contudo, muito além de seu emprego como método de investigação. A narrativa como uma forma discursiva, narrativas como história, e narrativas como histórias de vida e histórias social, foram abordadas por teóricos culturais e literários, linguistas, filósofos da história, psicólogos e antropólogos. (p. 90)

Em relação aos aspectos éticos, o estudo seguiu a resolução 466/12 e 512/2007, que trata e regulamenta as diretrizes e normas que envolvem pesquisa com seres humanos. A entrada na instituição ocorreu mediante a apresentação do projeto de pesquisa, seguido do ofício de apresentação. Na ocasião da coleta de dados informamos aos entrevistados a opção em participarem, ou não, do estudo, apresentando que estaria assegurado quanto o anonimato de sua identidade. Só após o esclarecimento de todos os processos é que o entrevistado (a) assinou o Termo de Consentimento.

É importante ressaltar, que os entrevistados não sofreram nenhum tipo de dano moral, social, intelectual, pois toda informação coleta foram mantidas em sigilo e só serão expostas com autorização dos mesmos, respeitando-os como sujeitos participantes nesse processo de produção de conhecimento.

Como resultado, essa pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “O Percurso Metodológico da Pesquisa”, procuramos abordar como aconteceu à aproximação do pesquisador com o objeto, a trajetória e inserção ao campo, e o contato com os sujeitos participantes da pesquisa, além da apresentação *in loco* da instituição, com a apresentação do Projeto Anjinho de Deus e sua história.

No segundo capítulo, intitulado, “A trajetória dos Direitos Sociais e das Políticas Públicas: o acesso como garantia de todos”, discorremos sobre as apresentações no que diz respeito à efetivação de políticas voltadas para criança e adolescente, direitos sociais das crianças no Brasil: órgão nacional (ECA), violação de direitos e garantia de seus direitos.

No terceiro e último capítulo, intitulado “Considerações sobre a intervenção do terceiro setor: relatos sobre o Projeto Anjinho de Deus” relatamos a atuação do terceiro setor, no contexto atual devido à ociosidade causada pelo governo, e a abordagem quanto à trajetória do Projeto Anjinho de Deus, junto às narrativas das interlocutoras da pesquisa.

2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

2.1. A aproximação com o objeto

Ao iniciar a apresentação de como aconteceu o percurso metodológico desta pesquisa, e situar melhor o leitor sobre a escolha da temática abordada, mostraremos como se deu o primeiro contato com o objeto e o campo da pesquisa, assim como as dificuldades e desafios identificados na trajetória de construção desse percurso.

O interesse por este estudo surgiu devido a minha³ participação no Projeto Anjinhos de Deus, que está ligado à comunidade Fanuel Face Adorada, localizada no bairro Acaracuzinho, município de Maracanaú. Sou consagrado da Comunidade Fanuel há cinco anos, no momento coordeno o Projeto Anjinho de Deus, onde iniciei como voluntário do Projeto dando aula de reforço. Durante seis anos, ministrava aula duas vezes por semana e também realizava a oração com as crianças.

No decorrer dos anos tive que deixar o projeto devido à mudança de horário do trabalho que passou a ser pela manhã. Mesmo me desligando das atividades do Projeto, continuei na comunidade Fanuel como membro da obra, em que nesse período de desligamento participei do caminho vocacional, onde passei três anos de formação.

Depois desse período formativo, discernei junto com a coordenação da comunidade que passaria a ser consagrado de vida, pois nossa comunidade é formada por membros consagrados de vida e aliança, onde um consagrado de vida passa a viver na comunidade sobre a providência da mesma. No caso da aliança, a pessoa não mora na comunidade, mas vive sobre as regras desta, e para viver o carisma Fanuel a pessoa faz votos de castidade, pobreza e obediência passando a usar um sinal.

Após um ano de Consagrado de vida foi decidido que eu poderia estudar; então, foi discernido que eu faria o curso de Serviço Social em prol do Projeto e da comunidade, para poder organizar o mesmo. No início, não me identificava com o curso, pois tinha grande interesse pela área de exatas. Porém, com o passar do semestre vi como era interessante o curso e como ia ser útil para o Projeto Anjinho de Deus. Nesta empreitada de vida e fé, busco compreender as ações realizadas pelo projeto, de forma que eu possa melhorar as condições de existência das crianças e seus familiares.

Através desse estudo, buscamos compreender como o Projeto Anjinho de Deus pode

³ Minha: Neste item do projeto uso o verbo na primeira pessoa porque trato da minha aproximação com o objeto.

contribuir para os direitos sociais das crianças atendidas, a partir das narrativas das mães. Considerando a relação de proximidade entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, foi necessário um olhar de estranhamento da realidade que conheço ou que penso que conheço.

Portanto, Velho (2013), nos mostra que existe um comprometimento entre o pesquisador e o objeto, criando assim um olhar diferenciado sobre ambiente familiar, onde possa existir um olhar crítico da realidade. Sendo assim, pode-se observar que:

[...] Não só o grau de familiaridade varia, não é igual a conhecimento, mas pode constituir-se em impedimento se não for relativizado e objeto de reflexão sistemática. [...] No entanto, isso não significa que eu compreenda a lógica, de suas relações. O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. Logo, posso ter um mapa, mas não compreendo necessariamente os princípios mecanismos que o organizam. O processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico. (p.74).

Mediante Velho, vimos que o grau de familiaridade entre o pesquisador e o objeto de pesquisa é bastante importante para que a execução do projeto seja realizada, em que o pesquisador precisa ter um olhar crítico com a realização da pesquisa em si e chegar a um censo necessário para que os princípios de organização aconteçam.

Nesta ótica, um dos principais motivos para a realização da pesquisa, nasceu a partir da disciplina de Pesquisa I no ano de 2016, cadeira esta, ministrada pela professora Kelly Maria, uma profissional de compromisso com seus orientandos. E desde então, a aproximação, zelo, respeito e dedicação com o objeto a ser investigado se tornou constante no decorrer da minha⁴ trajetória acadêmica. No semestre seguinte, o desejo de dar continuidade a pesquisa tomou uma maior proporção, pois a professora mestre Lauriene Marreiro ministrou a disciplina de pesquisa II, em que a mesma nos incentivou de maneira objetiva, auxiliando-nos para que nos aprofundássemos mais sobre o objeto de pesquisa. Na disciplina de TCC I, mais uma vez fomos agraciados com muito incentivo para que não desistíssemos desse projeto, que a cada dia ia se edificando, pois a professora Virzângela Sandy só veio a contribuir com seus conhecimentos, nos presenteando como orientadora do TCC II, contribuindo ainda mais com sua generosidade e conhecimento, para enriquecer o nosso projeto.

Tendo em vista a atuação da Comunidade Fanuel Face Adorada voltada somente a filantropia, percebemos a necessidade da orientação sobre a garantia e efetivação dos direitos sociais para os usuários participantes do projeto. Com isso, observamos a carência de organização do mesmo. Assim, se fez necessário um profissional qualificado para atuar dentro

⁴ Idem: página 32.

das demandas propostas pelo Projeto Anjinho de Deus, no qual nos propusemos a tal desafio: saltar das limitações do senso comum, para com base nos conhecimentos científicos adquiridos ao longo da formação acadêmica, colaborar e contribuir eficazmente na efetivação dos direitos sociais, partindo de uma atuação deliberada dentro dos parâmetros das esferas teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo, que compõem os princípios e atribuições do Serviço Social. Dando continuidade, apresentaremos a seguir, algo mais acerca do histórico do projeto.

2.2. Apresentação em lócus da pesquisa: Projeto Anjinho de Deus e sua história

Os dados coletados a seguir, correspondem a história do Projeto Anjinho de Deus. O relato aconteceu através de uma narração da fundadora Ana Dires, pois não se tem uma biografia publicada na documentação da Comunidade Fanuel Face Adorada. A partir dessa narrativa, observamos a seguinte história:

O Projeto Anjinho de Deus nasceu no coração de Deus, e começou com o sentimento que brotou no meu coração de estar mais perto das crianças que encontrava nos restaurantes pedindo comida a noite, ele se iniciou aos sábados às 16:00hs, onde era servido uma canja e várias tarefas de entretenimento, assim como, a oração e a palavra de Deus. Dali foi-se vendo a realidade que aquelas crianças viviam, suas famílias eram muito carentes, e também inconstantes na vida amorosa e educacional daquelas crianças. Começamos com o trabalho de convidar os pais das crianças para também virem aos sábados participarem do trabalho de evangelização, porque até então, as crianças chegavam nos sábados sozinhas e com umas vasilhas nas mãos para levarem a canja para sua casa; daí, algumas mães começaram a vir, mas vinham muito pouco, o que serviu para vermos mais de perto, o quanto aquelas crianças carentes precisavam de ajudar. Com isso, as pessoas que trabalhavam com as crianças no sábado começaram a se apegar a elas, não posso deixar de citar Tatiane Ferreira que na época coordenava esse trabalho, e assim nasceu o desejo de estar mais tempo com essas crianças. Foi com muita coragem que passamos a acolhê-las todas as manhãs a semana toda, com muita dificuldade e com a ajuda de pessoas que eram visitadas para que contribuísse com qualquer quantia em dinheiro. Começamos em uma casa alugada e com pessoas voluntárias que reversavam para estarem com as crianças. Hoje ele funciona com 30 crianças que passam todas as manhãs na sede da comunidade Fanuel onde recebe alimentação, reforço escolar, a palavra de Deus, recreação e muito amor. Esse é o Projeto Anjinho de Deus. (ANA DIRES – FUNDADORA DO PROJETO ANJINHO DE DEUS)

Assim, percebemos através de um levantamento documental da Associação Fanuel, as seguintes informações sobre o Projeto Anjinho de Deus: o mesmo funciona durante o ano letivo escolar, tendo capacidade para o atendimento de trinta usuários, seu público alvo são crianças de seis a treze anos. Funciona no contra turno escolar, atuando com reforço escolar, educação religiosa, esporte e cultura. É disponibilizado café da manhã, almoço e higiene pessoal para cada criança.

Nesse contexto, é relevante discorrer um texto de Scherer-Warren (2005), que fala sobre os novos formatos da organização da sociedade civil, onde é necessário destacar os três níveis de organização, no primeiro nível encontra-se o associativismo local, que se englobam as associações de bairros, a qual o Projeto Anjinhos de Deus faz parte; o segundo nível são, as formas de articulação inter-organizacionais, onde se encontram as redes de redes, que buscam uma relação entre si para o empoderamento da sociedade civil; e no terceiro e último nível, são as mobilizações na esfera pública, onde se percebe o fruto das articulações de todas as redes.

Mediante a isso, analisamos dentro dos parâmetros acadêmicos, o desenvolvimento e atuação do Projeto Anjinho de Deus na vida das crianças participantes do projeto e de suas genitoras, como também, abordamos as representações colocadas pelo projeto, no qual vai além de uma proposta filantrópica em busca de um alcance expressivo de mudança na realidade desses sujeitos de forma sistemática.

Nesse sentido, a pesquisa contribuiu para futuros debates acadêmicos e profissionais, pois analisou as refrações da Questão Social⁵, que por sinal, é a matéria-prima do (a) Assistente Social (IAMAMOTO, 2001). O Projeto Anjinho de Deus e as Organizações Não Governamentais (ONGs), de modo geral, diante dessa realidade respondem de forma pequena as demandas impostas por um sistema precário que não atendem de forma eficaz os cidadãos.

Diante desse contexto, é oportuno destacar a necessidade da primazia do Estado, na condução das políticas sociais, considerando que todas as relações, com o tráfico de drogas, evasão escolar, trabalho infantil, exploração sexual, vulnerabilidade, entre outros, são lacunas deixadas pelo Estado. Portanto, IAMAMOTO (2002), em seu texto, “os espaços sócio ocupacionais do assistente social”, afirma que é responsabilidade do Estado a garantir a universalização dos direitos sociais, observar que:

A primeira proposta que norteia os princípios da seguridade social na Carta Constitucional de 1988, aposta no avanço da democracia, fundada na participação e do controle popular; na universalização dos direitos e, em consequência, da cobertura e do atendimento das políticas sociais; na garantia da gratuidade no acesso aos serviços; na integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da igualdade. (p.20).

Nesse contexto, é possível registrar o aumento da participação das Organizações Não Governamentais (ONGs), no atendimento dos direitos sociais. Portanto, diante dos aspectos

⁵ A expressão “questão social”. É evidente que a pobreza – muitas vezes tomada como expressão máxima da questão social- somente pode ser entendida quando considerada a partir da incapacidade de reprodução social autônoma do sujeito que na sociedade capitalista remete de modo central a questão do desemprego. (SANTOS, 2012, p. 134.)

analisados, entendemos que, a pesquisa abordou a atuação efetiva dos projetos sociais para a sociedade como um todo, contribuindo para efetivação dos direitos promulgados na Constituição Federal de 1988.

Após esses levantamentos bibliográficos, a inserção ao campo teve um embasamento teórico para a realização da coleta de dados, através de entrevista semiestruturada, roda de conversa, observação participante, narrativas da fundadora da Comunidade Fanuel Face Adorada, as falas dos voluntários do Projeto Anjinho de Deus e das interlocutoras participantes da investigação. No próximo item relataremos como foi está na inserção em campo com as interlocutoras da pesquisa.

2.3. A inserção, com o campo e o sujeito da pesquisa.

Em dezesseis de fevereiro de dois mil e dezoito, foi entregue aos sujeitos participantes da pesquisa, um convite para nossa primeira roda de conversa. Não houve tanta dificuldade em fazer essa entrega, pois aos que não conseguimos entregar em mãos, foi pedido à criança do projeto entregar a sua mãe ou responsável.

Com isso, no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, às 10h00min horas, foi realizada a primeira roda de conversa com as interlocutoras e voluntárias do projeto. Nesta, se fizeram presente nove mães e sete voluntários. Com os mesmo, foi feito uma dinâmica de apresentação procurando um coração, a qual tem por objetivo, levar os participantes a se conhecerem melhor e ter um bom entrosamento com todos.

Logo após a dinâmica, realizamos um momento de oração e a leitura bíblica da carta de São Paulo aos Colossenses, capítulo três, versículo do vinte ao vinte um. Em seguida, sucedemos uma reflexão sobre a leitura bíblica mencionada acima, na qual discorre sobre a educação dos pais para com os filhos e, o respeito dos filhos para com os pais. Demonstramos por meio desse momento, a semelhança que ocorre diariamente com as crianças junto ao projeto.

No decorrer desse encontro, foi feita a apresentação do pesquisador para que houvesse durante as entrevistas uma integração entre o sujeito participante e o investigador. Mencionamos também a relevância do estudo para o Projeto Anjinho de Deus.

Após essa roda de conversa, tendo como universo dezesseis indivíduos, classificamos uma amostra de sete sujeitos. No que diz respeito à amostra da investigação, tivemos quatro mães e três voluntários os quais serão nossa amostragem.

A fim de resguardar a identificação factual dos investigados, fizemos uso de pseudônimos, com nomes das mulheres da bíblia⁶, em honra as virtudes e sabedorias que a mesma tinha naquele tempo, apesar das dificuldades e limitações que eram impostas a elas.

Conforme citado, no momento anterior, as entrevistadas foram com nomes de mulheres da bíblia, de acordo com o que foi pesquisado no capítulo quatro. Desse modo, serão chamadas pelos seguintes nomes: Sarah, Rute, Ester, Débora, Maria de Nazaré, Isabel e Priscila. São nomes de pronúncia simples, mas que trazem na história da bíblia um forte legado.

A primeira entrevistada foi Sarah, 50 anos, dona de casa, separada, mãe de quatro filhos e um deles participa do Projeto Anjinho de Deus há um ano, é assistida pelo benefício Bolsa Família.

Nossa segunda interlocutora foi Rute, tem 48 anos, é dona de casa e comerciante, casada, mãe de três filhos, onde um deles participa do Projeto há um ano e meio, e é beneficiada pelo Bolsa Família.

Ester é a terceira entrevistada, tem 36 anos, é casada, costureira, mas no momento não está exercendo a sua profissão por sua mãe está acamada, e a mesma é responsável pelos cuidados dessa; é mãe de três filhos, onde um deles participa do Projeto Anjinho de Deus no há dois anos, e também é assistida pelo benefício Bolsa Família.

A quarta investigada é Débora, de 34 anos, é dona de casa, casada, mãe de três filhos, onde um deles participa do Projeto Anjinho de Deus há um ano, onde a mesma tem o benefício Bolsa Família.

Maria de Nazaré de 29 anos é solteira e estudante, voluntária no Projeto onde está há quatro anos, e é responsável no geral pelo Projeto e também recebe da Associação Fanuel uma ajuda de custo, é beneficiada pelo Bolsa Família.

Já Isabel, tem 32 anos. A mesma é solteira, autônoma, consagrada de aliança há 12 anos na Comunidade Fanuel Face Adorada e também é voluntária do Projeto Anjinho de Deus há treze anos, e é responsável pelo Reforço Escolar e recebe da Associação Fanuel uma ajuda de custo.

E a última entrevistada é Priscila, está tem 64 anos, é solteira e aposentada, Consagrada de Vida há dois anos da Comunidade Fanuel Face Adorada, a mesma é voluntária no Projeto Anjinho de Deus há 13 anos, onde também é responsável pelo geral do Projeto.

O quadro abaixo vem representar o perfil das interlocutoras da pesquisa.

⁶ Disponível em < www.bibliaon.com/grandes_mulheres_da_biblia >. Acessado em 20/09/2017

Quadro I - Perfil das interlocutoras

INTERLOCUTORA	IDADE	OCUPAÇÃO	BENEFÍCIO
Sarah	50 anos	Dona de casa	Bolsa Família
Ruth	48 anos	Dona de casa e comerciante	Bolsa Família
Esther	36 anos	Costureira	Bolsa Família
Deborah	34 anos	Dona de casa	Bolsa Família
Maria de Nazaré	29 anos	Estudante	Bolsa Família
Isabel	32 anos	Autônoma	Não
Priscila	64 anos	Aposentada	Não

Fonte: Pesquisa de campo

***Quadro elaborado pelo pesquisador a partir dos dados da pesquisa de campo.**

De acordo com as informações do quadro, as interlocutoras se enquadram no perfil da faixa etária de 26 á 64 anos de idade, a maioria são donas de casa, com exceção de uma que é aposentada, uma estudante e outra autônoma. Suas trajetórias de vida muitas vezes refletem dificuldades que as levam a superar grandes desafios do dia a dia, tais como: o desemprego, a falta de alimentação, uma moradia digna, segurança que fica muito a desejar. Estes e como muitos outros serão problematizados no decorrer deste estudo.

No próximo capítulo apresentamos como se deu a trajetória dos direitos sociais e das políticas públicas, o acesso como garantia de todos, mas mesmo assim, elas não deixam de buscar por melhores condições de vida que e de direito.

3. A TRAJETÓRIA DOS DIREITOS SOCIAIS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O ACESSO COMO GARANTIA DE TODOS

3.1. Uma contextualização dos Direitos Sociais e Questão Social

Ao falar de direito social, nos remetemos logo na responsabilidade que o Estado deve ter com o indivíduo; mas voltando ao contexto histórico dos séculos XVIII até meados do século XX, percebemos que a conquista desses direitos se deu por meio da luta e movimento da classe proletária.

De acordo com Simões (2013), a garantia do direito social ao indivíduo foi decorrente de lutas operárias, pois a classe burguesa explorava a mão de obra e os mesmos estavam vulneráveis aquela situação. Percorrendo essa leitura nos debruçamos com a seguinte citação:

Os direitos sociais foram instituídos, em decorrência da luta dos trabalhadores, durante os séculos XIX e XX, sob os efeitos do desenvolvimento e da expansão do capitalismo industrial. Os conceitos de liberdade e de igualdade passaram a ser questionados em face da supremacia do valor da solidariedade social. A igualdade, até então limitada formalmente à aplicação da lei, passou a ser reivindicada também no âmbito da aplicação dos seus resultados, mediante desequiparação legal. (p. 54).

Nesse sentido, podemos observar que “os direitos sociais surgem a partir da situação desumana em que viviam a população mais vulnerável, que trabalhavam dentro das fábricas na Europa Ocidental, fazendo com que o proletário fosse escravizado pelos senhores”. Assim, percebemos que o homem tem sua liberdade, mas dentro do ambiente em que trabalha ele é um subalterno. As condições de trabalho eram péssimas, o que acarretava reivindicações diante do Poder Público, conquistando a proteção de seus direitos. (GLATT, 2013, p.11).

Diante desse contexto, é substancial percebermos a trajetória dos Direitos Sociais na Europa, Estados Unidos da América (EUA) e na América Latina, com primazia no Brasil. Assim, podemos observar de acordo com Simões (2013), que:

Os documentos necessários básicos que expressavam os direitos de todos os indivíduos em meados do século XVIII foi a carta de Bill of Rights, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Estado da Virgínia da Independência dos Estados Unidos, todos esses documentos foram criados no intuito de liberdade e igualdade para todos. (p. 52)

Com isso, notamos que na Inglaterra ocorreram várias situações no que diz respeito à efetivação dos direitos aos cidadãos. A desigualdade social que ocorria de maneira sistemática e a garantia do direito eram excludentes, mas por meio das lutas de operários houve o

cumprimento de algumas legislações da época. Dessa forma, Simões (2013) escreve o percurso do cumprimento sobre a garantia dos direitos sociais:

Na Inglaterra, a assinatura da *Magna Carta Libertatum* de 1215, embora no âmbito do baronato contra os desmandos da monarquia absolutista, já havia instituído o conceito político da subordinação de todos os cidadãos a um texto de direitos fundamentais, origem das modernas constituições. O parlamento inglês, formado originariamente para controle do orçamento real (nobreza e clero), revoltou-se contra o absolutismo monárquico, fundado na teoria do poder divino dos reis e aboliu seus principais instrumentos políticos, como os tribunais de privilégios da nobreza (fidalgos, cavaleiros e escudeiros) e alguns tributos desigualitários. O rei Guilherme de Orange foi condicionado a aceitar a Declaração de Direitos de 1689 (*Bill of Rights*), que transferiu a supremacia do poder real para o parlamento. (p.52)

Diante do exposto, ainda no território Europeu, na França, vimos que foi alcançada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão no ano de 1789. Conforme Dallari (2008, p. 8) essa declaração foi concebida, “[...] num dos momentos mais expressivos de afirmação da vitória da Revolução Francesa, que punha fim ao chamado Antigo Regime e começava uma nova fase na história da humanidade”. Com efeito, podemos perceber no decorrer da leitura de Dallari (2008, p.09), que esse documento foi causa de grandes atos discriminatórios pela Assembleia Nacional da França contra as mulheres. Assim, vemos que a França impediu que as mulheres trabalhasse em altos cargos no governo Francês.

Ainda nesse contexto, vemos as ações dos países da Europa e Estados Unidos da América (EUA). Segundo Dallari (2008), descreve sobre o legado de ambos os países, no que diz respeito à maneira em que ocorriam as execuções dos direitos e a relevância na história de cada indivíduo. Conforme descrito por ele, observamos:

Assim, a afirmação de que os direitos humanos declarados são de “todos os seres humanos” exclui qualquer espécie de discriminação. Isso tem ainda grande importância, para constatação dos avanços, pelo fato de que tanto os Estados Unidos quanto à França se basearam na afirmação da existência de direitos naturais das pessoas, sendo o primeiro deles o direito à liberdade, sendo bem conhecido o lema da Revolução Francesa, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, e na prática negaram por muito tempo essa afirmação. Com efeito, ambos, Estados Unidos e França, usavam o trabalho escravo em larga escala e continuaram mantendo a escravidão negra durante muitos anos. (p. 9)

Dessa forma, a prática de atuação dos direitos humanos, ainda foi de grande resistência para que a garantia do direito fosse efetivada para humanidade, segundo Dallari (2008, p. 9), diz que, “além disso, os trabalhadores tiveram que enfrentar duríssima resistência, inclusive forte repressão policial, para, no século XX, serem admitidos como “livres e iguais””. Percebemos que a trajetória da humanidade foi extensa, pois o direito à liberdade e o

tratamento como igual diante de todos foi promulgado a partir do século mencionado acima. Em virtude dos argumentos supracitados, nos Estados Unidos, de acordo com Simões (2013, p. 53), “no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi criada a Federação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, [...]” cujo intuito é defender todas as formas discriminatórias contra a mulher. Dessa forma, podemos perceber que a conquista dos direitos sociais no continente Europeu, Estados Unidos da América e América Latina, foi concretizada em meio à luta da classe operária e a desigualdade social.

Dentro desse contexto, na América Latina verificamos que os direitos sociais se deram a partir de frutos históricos do continente Europeu. A evolução dos Direitos Sociais foi estabelecida com primazia na Constituição Mexicana de 1917, que foi a primeira Constituição a defender os direitos dos proletários e a fazer com que direitos fundamentais a saúde, educação, moradia, lazer, alimentação, vestuário, segurança fossem efetivados na vida de cada indivíduo. Essa mesma Constituição fez com que o a desmercantilização do trabalho acontecesse. Com isso, Comparato (2007) discorre:

O que importa, na verdade, é o fato de que a Constituição mexicana foi a primeira a estabelecer a desmercantilização do trabalho, própria do sistema capitalista, ou seja, a proibição de equipará-lo a uma mercadoria qualquer sujeita a lei da oferta e da procura no mercado. A Constituição mexicana estabeleceu, firmemente, o princípio da igualdade substancial de posição jurídica entre trabalhadores e empresários na relação contratual de trabalho, criou a responsabilidade dos empregadores por acidentes de trabalho e lançou, de modo geral, as bases para a construção do moderno Estado Social de Direito. (p.181)

Nessa ótica, várias constituições no decorrer dos anos foram essenciais para que a evolução dos direitos sociais fosse executada, podemos citar a Constituição Mexicana de 1917, a Constituição Russa de 1918, além da Constituição Alemã de 1919, ou seja, Constituição de Weimar. Segundo Lurconvite (2010), foi através da Constituição de Weimar, que o aperfeiçoamento da Constituição Mexicana de 1917 surgiu como o Estado da Democracia Social, representando uma das melhores defesas sobre a dignidade humana, acrescentando os direitos civis e políticos junto aos direitos econômicos e sociais, que foram desprezados na revolução industrial pelo liberal-capitalismo. Desse modo, é dever do Estado se fazer sempre presente diante das situações vulneráveis da minoria, buscando melhores condições de vida, para indivíduos que se encontram em situação de pobreza, tencionando a materialização da igualdade dos direitos sociais.

De acordo com Lurconvite (2010), logo após os impactos da Segunda Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), desejava uma justiça social. Com isso, a Declaração da Filadélfia, no ano de 1944, dava ênfase a cinco itens de relevância à dignidade

humana, à liberdade de expressão e de associação, ao conhecimento profissional e o direito em que todos têm a educação, entre outras garantias de direito social.

No contexto histórico de 1948, temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual foi publicada no dia 10 de dezembro de 1948, tendo total relevância nos registros os quais coordenam os direitos humanos. O autor Comparato (2007) em uma de suas obras faz o seguinte relato sobre a declaração mencionada acima:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que a base dos direitos sociais, além do princípio da dignidade da pessoa humana, é o princípio da solidariedade. Isso porque este princípio proclama que o direito a seguridade social (artigos 22 e 25), o direito ao trabalho e a proteção contra o desemprego (art. 23, item 1), os principais direitos ligados ao contrato de trabalho, como a remuneração igual por trabalho igual (artigo 23, item 2), o salário mínimo (artigo 23, item 3), a livre sindicalização dos trabalhadores (artigo 23, item 4), o repouso e o lazer, a limitação horária da jornada de trabalho, as férias remuneradas (artigo 24) e o direito a educação: ensino elementar obrigatório e gratuito, a generalização da instrução técnico-profissional, a igualdade de acesso ao ensino superior (artigo 26), são os itens elementares, indispensáveis para a proteção das classes ou grupos sociais mais fracos ou necessitados. (p. 230)

Nesse sentido, de acordo com Narita (2010) observamos essa trajetória dos Direitos Humanos diante dos frutos colhidos pelos Direitos Sociais, obtendo êxito gradativamente em todo contexto histórico dos Direitos Humanos. Por conseguinte, Narita discorre sobre esse percurso:

Historicamente, os direitos Humanos tratavam de assegurar os direitos fundamentais à vida e os direitos civis e políticos de indivíduos - por isso tais direitos foram denominados “direitos de primeira geração”. Os direitos econômicos, sociais e culturais (simplesmente denominados direitos sociais) são conhecidos como “direitos de segunda geração” por terem sido construídos depois. Se os primeiros já estão assimilados como direitos humanos fundamentais e viola-los é considerado inaceitável, os direitos sociais, por sua vez, ainda não usufruem desse status e, nesse sentido, na prática, são tratados como direitos humanos de segunda categoria. Essa é uma das razões do por que não são assegurados concretamente para todos os homens. (p. 117)

Através do que foi elucidado é considerável afirmar que os direitos humanos são constituídos por toda formação humana, sendo que através deles, as garantias das necessidades básicas fundamentais do indivíduo devem ser assegurados. Entretanto, a ação dos direitos humanos está voltada a qualquer pessoa, seja ela rica ou pobre. Em consequência disso, Narita (2010) discorre:

Assim, os direitos sociais podem ser definidos como direitos humanos estruturais, porque são estruturantes da vida de todos os homens: são direitos relativos às necessidades básicas de existência. Entretanto, associar direitos sociais a “direitos dos pobres”, de quem não é cidadão, é um equívoco. É um direito de todos,

inclusive dos pobres, que também devem ser cidadãos. Nesse sentido é importante afirmar os direitos sociais como direitos humanos para assegurar as conquistas históricas já consolidadas dos Direitos Humanos, tanto no campo conceitual e teórico, quanto no campo das práticas cotidianas. (p. 118)

Após a efetivação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, percebemos que a Organização das Nações Unidas no contexto de 1948, foi uma grande evolução para humanidade. Dallari (2008), afirma a resistência que ainda existe para que os direitos humanos sejam efetivados com precedência, ou seja,

[...] Existem ainda resistências à sua efetiva aplicação, mas a simples existência dessa Declaração tem servido de apoio significativo para lutas travadas por meios pacíficos e para denúncias e reivindicações buscando a concretização de mudanças nas Constituições, na organização das sociedades e nas práticas da convivência humana constitucionais, visando à eliminação das discriminações e a implantação da justiça social. (p. 9).

Nesse cenário, iremos percorrer a história das constituições Brasileiras desde 1824 até a atual Constituição de 1988. Mediante a Carta de 1824, encontramos o período da monarquia no Brasil, conforme narra Simões (2013, p. 69) “[...] na monarquia constitucional de 1824, foi determinada pelo longo processo de formação do Estado nacional, a partir da desagregação do mercantilismo colonial e das profundas alterações na organização política [...]”. Diante dessa conjuntura, vemos que os direitos individuais foram instituídos.

Diante disso, Simões (2013) cita,

o fato, no entanto, é que a enunciação dos princípios liberais está presente desde essa Constituição, assegurando formalmente um rol de direitos e garantias individuais, embora com restrições de amplitude e eficácia, próprios de um Estado em que a Igreja Católica se identificava com o poder imperial. (p. 70)

Observamos, que a busca pela efetivação dos direitos sempre esteve presente em todo o contexto da história. Por conseguinte, esse contexto da Carta de 1824, teve um grande legado voltado aos poderes políticos, Simões (2013) elenca:

Nesse aspecto, a Carta de 1824 não cedeu ao princípio da soberania popular (arts. 9º a 12), ao consignar poderes políticos (Legislativo, Executivo, Judicial e Moderador) se constituíam em “delegações da nação”; mas só aparentemente, porque também consignou que desta só seriam “representantes” a Assembleia Geral e o imperador (art.11). Porém, por força da corrente liberal, o Ato Adicional de 1834 criou as Assembleias Legislativas provinciais, um embrião da autonomia política regional federativa; embora a Lei de Interpretação de 1840, em reação conservadora, tenha logrado restringir algumas inovações autonomistas daquele Ato. Nesse sentido, nos últimos decênios do Segundo reinado, a campanha pelo federalismo viria a ganhar vigor e sucesso com a Constituição de 1891. (p. 72)

Dentro desse seguimento, na Constituição Republicana de 1891, entrou em vigor pelo Congresso Constitucional, de acordo com Simões (2013, p. 74) “a primeira Constituição republicana emergiu sob a direção do governo provisório, dirigido por Deodoro da Fonseca [...]”. Em meados dessa Constituição temos vários pontos consideráveis que englobam a ampliação da cidadania na trajetória de seus direitos e cumprimento de seus deveres. Simões (2013) narra os principais fatos pertinentes desse período:

No entanto, o reconhecimento dos direitos individuais em 1824 havia inaugurado um processo histórico que conduziria à sua ampliação na Constituição de 1891, ao instituir uma declaração de direitos, no artigo 72º, na qual impediu, em resumo, qualquer restrição da liberdade individual senão em virtude da lei; ampliou o direito de voto aos brasileiros maiores de 21 anos de idade; a igualdade de todos perante a lei; a extinção de privilégios, foros especiais, prerrogativas e regalias de ordens honoríficas, bem como títulos nobiliárquicos e de conselho; a laicidade da República; o reconhecimento unicamente do casamento civil; a secularidade e municipalização dos cemitérios assegurados a todos os cultos religiosos; o ensino oficial laico; o direito de livre associação, salvo militar; o direito de qualquer um do povo de representar contra os abusos das autoridades; o direito de ir e vir; a inviolabilidade do domicílio; a liberdade de pensamento, proibido o anonimato; a prisão somente após a pronúncia do indicado ou em flagrante delito (salvo os casos previsto em lei) e mediante ordem escrita do juiz; a irretroatividade das leis; o pleno direito de defesa; o direito de propriedade (salvo desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização); o sigilo da correspondência; a delimitação dos efeitos da pena à pessoa do delinquente; a abolição da pena de morte (salvo em caso de guerra), de galés e a do banimento judicial; o direito ao *habeas corpus*; o fim do foro privilegiado, salvo nos casos em que decorresse da natureza da causa; a liberdade de trabalho; e a restrição da aposentadoria dos funcionários públicos somente em caso de invalidez. (p. 76)

Nessa trajetória, vemos a efetivação desses direitos junto aos cidadãos, sendo que, algumas contenções existiam pela falta de conhecimento de alguns. Esse restringimento, de acordo com Simões (2013), estava direcionado aos analfabetos. Assim, Simões (2013, p.76), relata que, “a cidadania ampliou-se, embora mantidas as restrições com relação aos analfabetos, que eram a maioria da população saída da escravidão”. Apesar da exclusão de alguns nessa época, mas adiante explanaremos o trajeto para que os direitos constitucionais fossem usufruídos por todos.

Em análise, observamos o legado da Constituição de 1934, a qual é nomeada como o Estado Social corporativista. A Constituição de 1934 estava em vigor no período da primeira atuação do governo de Getúlio Vargas. Esse governo manteve a presença do modelo liberal, o qual já era marca da Constituição de 1891. Dessa maneira, Silva (2001, p. 64) diz, que “com Getúlio Vargas na presidência, [...] foi promulgada a terceira Constituição do Brasil, com uma forte conscientização pelos direitos sociais”. Por isso, temos grandes marcas do legado da Era Vargas nessa constituição.

Em meados da Constituição de 1934, a marca getulista se fazia presente, na qual temos as diretrizes sociais, conforme Simões (2013) narra, que dispomos de um elevado poder do governo federal; o voto se tornou indispensável e sigiloso, a contar da maior idade, as mulheres tiveram o direito de votar, mas havia a exclusão do voto direcionado aos mendigos e analfabetos; a criação da Justiça Eleitoral e a justiça do Trabalho; o trabalhador passa a receber um salário mínimo fixo; assim, as leis trabalhistas são criadas, e o consentimento da jornada de trabalho para oito horas diárias, uma folga semanal e as férias são remuneradas; o dever de segurança e ação popular é efetivado; a democracia que era direcionada ao individualismo passa a ser uma democracia social. Durante o período dessa Constituição, no final de 1935, houve três grandes correções voltadas, ao reforço da segurança do estado e as garantias do Poder executivo.

Nesse ângulo, Simões (2013, p. 99) afirma que “a Constituição da República Nova (como era denominada) foi promulgada em 16/7/1934. Em seu Preâmbulo declarou, de forma inovadora, que visava instituir o bem-estar social e econômico”. Dessa forma, o governo de Getúlio Vargas, visava um modelo de Estado que atendesse as preferências de todos em conflito. Percorrendo as Constituições, chegamos agora na Constituição de 1937. O autor destaca que, Getúlio Vargas publicou a nova Constituição, nomeada como polaca.

Nessa ideia, Simões retrata (2013, p. 114), “o Estado Novo, como ficou conhecido, por influência da lei da ditadura de Salazar, em Portugal, sucedeu à República Nova de 1934 por meio de um golpe [...]”. A anulação da Constituição de 1934 se deu por um golpe ditatorial de Getúlio, com isso ocorreu o consentimento de que o Estado Novo vigorasse a exemplos de modelos fascistas europeus, fazendo com que a anulação dos partidos políticos acontecesse e o centro do poder ficaria com o chefe do poder Executivo. No decorrer das leituras de Simões (2013), vemos que o governo de Getúlio Vargas estava visando à diminuição das funções políticas, sendo que os direitos trabalhistas e os direitos sociais voltados à saúde e educação que foram sancionados na Constituição de 1934. No percurso das Constituições, vamos saber acerca da Constituição de 1945.

Segundo Simões (2013), “Getúlio foi deposto em 29/10/1945 por um movimento de generais que compunham seu próprio Ministério”. Em decorrência da derrota da Alemanha no período da Segunda Guerra Mundial, devido à crise das ditaduras direitistas internacionais, acaba que o Brasil vem a sofrer as repercussões da ruína do nazifascismo. Assim, Getúlio Vargas foi substituído pelo presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares.

Nesse contexto, as principais medidas usadas foram reestabelecer os direitos individuais, o término de julgamentos a pena de morte. A Carta Magna de 1946, conforme

narra Simões (2013) desenvolveu a independência ao poder Executivo, poder Legislativo e o poder Judiciário, fez com que a recuperação do equilíbrio entre os poderes acontecesse sem contar a liberdade a estados e aos municípios. Nesse período foram instituídas as eleições diretas para presidente da República, sendo que ele ficaria no mandato durante cinco anos.

Assim, ainda de acordo com as leituras de Simões (2013), percebemos que outras medidas foram estabelecidas pela Constituição de 1946, as quais podemos ver que foram: a Justiça do Trabalho e o tribunal Federal de recursos foram inclusos ao Poder Judiciário; a diversidade entre os partidos aconteceu, com isso surgiu o direito a greve e a total liberdade de associação aos sindicatos entre outras normas, essa Constituição durou cerca de vinte e um anos.

De acordo com Pereira (2011), no dia 31 de março de 1964, ocorreu uma suspensão ao desenvolvimento democrático promulgado pela Constituição de 1946, aconteceu um golpe militar, que trouxe em evidência as fraquezas das organizações nacionais.

Diante desse cenário é relevante destacar, segundo Martins (2014), que esse golpe foi governado com primazia em oposição ao trabalhismo e as entidades de esquerda. Martins (2014) considera que “o golpe unificou as diversas frações da burguesia para impor um regime de terror do grande capital e uma política de superexploração dos trabalhadores, incrementando fortemente os níveis de desigualdade e de pobreza no país”.

Assim, observamos nessa esfera, as repressões e descaso com o indivíduo, caso não estivesse junto à burguesia a qual controlava o governo da época, seria uma pessoa infeliz, devido as fortes torturas e agressões, que eram constantemente vistas em via pública. Diante desse contexto, vemos a retenção dos direitos fundamentais de cada indivíduo, sendo que, a ditadura militar foi agressiva, trazendo mortes, opressões e torturas a vulneráveis, sem contar que todos os direitos já conquistados foram violados.

Nesse panorama, Silva (2009), diz que a ditadura militar não foi coesa, mas severa. Em continuidade a autora discorre que entre os anos de 1964 ao ano de 1968, os conceitos das regras do Estado de Segurança Nacional foram formulados aos recentes mecanismos de comando e a reforma constitucional; ocorreu também a crise de institucionalização do novo Estado, mediante ao governo dos militares que instala o Ato Institucional de número 5 (AI-5), durante o período 1967-1968. Com isso, a literatura governamental oficial (Brasil, 2007), apresenta uma breve trajetória diante do cenário do Regime Militar:

O regime militar brasileiro de 1964 - 1985 atravessaram pelo menos três fases distintas. A primeira foi a do Golpe de Estado, em abril de 1964, e consolidação do novo regime. A segunda começa em dezembro de 1968, com a decretação do Ato

Institucional nº 5 (AI- 5), desdobrando-se nos chamados anos de chumbo, em que a repressão atingiu seu mais alto grau. A terceira se abre com a posse do general Ernesto Geisel, em 1974 – ano em que, paradoxalmente, o desaparecimento de opositores se torna rotina –, iniciando-se então uma lenta abertura política que iria até o fim do período de exceção. (p. 21)

Ligado a isso, o conceito de Ato Institucional, segundo Simões (2013), são ações institucionais que concedem poder de bloquear os direitos políticos no período de dez anos, anular representações de mandatos do poder legislativo, federal, estadual e municipal e cancelar por seis meses os direitos constitucionais ou legais de vida dos juízes e de segurança dos trabalhadores públicos. Assim, vemos que conforme o ato constitucional vigente, ele atribui mais determinações em sua atuação.

Martins (2014), fala que mesmo após anos do golpe militar, ainda vivemos algumas atuações desse legado, como: os interesses pela economia, a lei da anistia, o controle dos meios de comunicação, a privatização do ensino superior, entre outros fatos. Assim, é importante discorrer que mesmo após 50 anos desse golpe, a situação dos cidadãos brasileiros, enfrenta fortes atos de retrocessos na atual conjuntura.

Adentrando a década de 1970, segundo Santos (2012), afirma que o reflexo do fim da conjuntura do milagre econômico ocorreu durante o período de 1974, dessa maneira o presidente Ernesto Geisel assume o poder. Diante desse contexto, observamos que de acordo com Santos (2012), os maiores movimentos os quais contribuíram para que a efervescência de reivindicações acontecesse nesse período, considere que,

Geisel enfrenta uma organização crescente dos sindicatos rurais; dos movimentos organizados pela igreja no campo, através da comissão Pastoral da Terra; e, fundamentalmente, do “novo” movimento operário, que tinha sua força nas empresas privadas do setor automobilístico, cujas campanhas salariais deram início às grandes greves do ABC paulista em 1978 e 1979, marcos do processo de resistência contra a ditadura militar. (p. 90).

Dentro desse ponto de vista, é necessário discorrer que a década de 1970 é marcada pela anistia, a qual reverte às punições de cidadãos brasileiros que foram efetuadas durante o contexto da ditadura militar. Conforme, Santos (2012, p. 90), expõe que, “1979 marca o ano da “anistia” aos exilados e completa o ciclo de liberalização do regime”. Assim, vemos que vários atos foram direcionados para que as punições ocorridas fossem desfeitas.

Nesse mesmo ano, Santos (2012), relata que entrou em vigor no Congresso, a lei dos partidos, tencionando fragmentar a oposição, que era reunida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual foi destruído junto com o partido Aliança Renovadora Nacional popularmente conhecido como Arena. Assim, os partidos políticos foram renovados.

Em meados de 1980, entramos no âmbito segundo Santos (2012), dos movimentos políticos, o qual trouxe um legado das eleições diretas entre os Estados. Ainda nesse contexto, é interessante destacar a campanha realizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelas eleições chamadas “Diretas Já”, sendo que, a mesma não foi aceita pelos demais políticos. Ainda assim, Santos (2012, p. 92), afirma que, “a chamada Emenda “Dante de Oliveira” foi derrotada no Congresso Nacional por 22 votos e a sucessão de Figueiredo ocorre ainda no colégio eleitoral, ou seja, de modo indireto pelo voto do Legislativo”. A autora discorre na citação mencionada acima sobre essa extinção das “Diretas Já”, afirmando que o voto indireto que permaneceu, pois, o colegiado eleitoral em massa concordava por uma eleição de maneira indireta.

Diante dessa concepção, de acordo com Santos (2012), temos as eleições para presidente. De um lado estava Paulo Maluf, candidato pelo Partido Democrático Social (PDS) e Tancredo Neves na oposição pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tendo como seu vice José Sarney de Araújo Costa. As eleições ocorreram, a chapa de Tancredo Neves foi eleita, pretendendo realizar a transição democrática. Tancredo Neves morreu, e um grande desfalque ocorre na política. Em consequência, José Sarney assume a presidência em um âmbito mais conservador. Nesse contexto, ainda vemos uma grande participação popular, por meio das ações de greves e grandes manifestações em via pública. A luta se concentrava em um projeto que se tinha como destaque a classe proletariado. Surge o dever de um modelo neoliberal, junto à fixação de um nível que posteriormente não atuava de maneira harmoniosa e pacífica. Os mesmos encontraram pela frente as diferenças e resistências, na trajetória histórica do Brasil e a nível mundial.

Após percorrermos seis Constituições, estamos diante da Constituição atual, a de 1988, a qual foi instituída segundo Simões (2013, p. 128), “por meio do Decreto n.91.450 de 18/7/1985, o presidente Sarney institui a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos de Melo Franco, logo apelidada de “Comissão dos Notáveis””. A partir daí, temos a eficiência dos direitos sociais discutidos por todos, para que esses fossem efetivados para qualquer cidadão.

Através dessas questões, no que diz respeito aos direitos sociais essa Carta Magna assegurou segundo Lurconvite (2010) “[...] a Constituição Federal institui que são valores supremos da sociedade o exercício dos direitos sociais, o bem-estar, o desenvolvimento e a igualdade. Portanto, estes valores são direitos de todos os cidadãos”. Essa Constituição já corrobora para que a efetivação dos direitos sociais seja materializada, mesmo diante de todos os privilégios dos partidos políticos.

Além disso, no decorrer das leituras da Constituição Federal de 1988, temos algumas deliberações as quais foram adotadas e estão em vigor até os dias de hoje, temos como disposições as seguintes: as eleições majoritárias duas vezes; a liberdade da greve sindical; a licença-maternidade num período de quatro meses; a licença-paternidade sendo usufruída em cinco dias; foi criado o Superior Tribunal de Justiça (STJ) dentre outras medidas.

Dando ênfase a atual Constituição Federal de 1988, vemos que a legitimidade da materialização dos direitos sociais, direitos dos trabalhadores, políticas públicas direcionadas a criança, adolescente, famílias, idoso sejam garantidas com prioridade. Mas diante de toda conjuntura a qual estamos vivenciando atualmente, as refrações da questão social é um percalço em nosso dia a dia.

Em conformidade com Behring e Boschetti (2013, p. 51) “as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social [...]”. Dessa maneira, podemos observar que as políticas sociais surgem em meio às refrações de vulnerabilidade social. Com isso, percebemos que a questão social, engloba todas as situações emergentes a qual o pauperismo é decorrente sistematicamente na sociedade.

Ainda assim, de acordo com Santos (2012, p. 30), “[...] a escassez que gera o pauperismo não expressa sozinha a “questão social”“. Dessa maneira, podemos afirmar que vários fatores contribuem para essa falta de garantia dos direitos sociais, como, a ausência da efetivação dos mesmos corrobora para que as refrações fragmentadas da questão social sejam expressões diariamente.

Após esta breve contextualização, é possível perceber que a Constituição Federal de 1988. Inaugurou uma serie de direitos para as crianças e adolescentes. A seguir, iremos discorrer como o Estatuto da Criança e adolescente (ECA) tentou um avanço na garantia da à efetivação dos direitos sociais para criança e adolescente.

3.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): a materialização dos direitos para crianças e adolescentes?

Se estudarmos um pouco sobre a história das crianças no Brasil, podemos perceber que esse contexto está marcado pela violação de seus direitos. Observamos que o trabalho infantil, sempre ocorreu em todas as décadas. Nesse contexto, ao olharmos para trás visualizamos uma situação de grande vulnerabilidade a qual se engloba as crianças. Nas

leituras de Rizzine (2013), lemos sobre a situação vulnerável das crianças que viveram na miséria, as quais se encontram mais expostas à exploração da labuta infantil. A autora ainda relata o momento vivenciado pelas crianças em meados do Brasil no século XIX:

O Brasil tem uma longa história de exploração da mão de obra infantil. As crianças pobres sempre trabalharam. Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os “capitalistas” do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terra como boias-frias; nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola; nas casas de família; e finalmente nas ruas, para manterem a si e as suas famílias. (p. 377).

Assim, no século XIX muitas crianças eram abandonadas por suas mães porque não tinha condição de criá-las ou devido a outros fatores. Diante dessa situação, obtivemos durante os três principais regimes da história um modo “assistencialista” do tipo missionário, chamado: a roda dos expostos, que tinha por objetivo resgatar essas crianças das mazelas e dos riscos encontrados na rua. Assim, de forma caritativa acolhe-las e conduzi-las em uma vida voltada aos princípios religiosos. Com isso, Freitas (2003) considera que:

[...] o sistema de rodas de expostos foi inventado na Europa medieval. Seria ele um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou de casa de família, como era o costume, na falta de outra opção. Assim procedendo, as maiorias das criancinhas morriam de fome, de frio ou mesmo comidas por animais, antes de serem encontradas e recolhidas por almas caridosas. (p. 53)

Dessa maneira, é importante citar o que, Freitas (2003, p. 68), relata sobre a exclusão da roda de exposto no Brasil, “[...] esta passou a ser considerada imoral e contra os interesses do Estado. Aqui no Brasil igualmente iniciou-se o movimento para sua extinção. Partiu, inicialmente, dos médicos higienistas, horrorizados com os altíssimos níveis de mortalidade reinantes dentro das casas de exposto [...]”. Essa leitura nos traz o reflexo de grande abandono das crianças, sendo que, os que estavam no poder da saúde tentavam diminuir essa vulnerabilidade vivenciada dentro das casas de expostos.

Dentro desse contexto, Freitas (2003, p. 68), relata que “os esforços para extinguir as rodas no país tiveram a adesão dos juristas, que começavam a pensar em novas leis para proteger a criança abandonada e para corrigir a questão social que começava a perturbar a sociedade: a da adolescência infratora”. Dessa forma, começam a surgir ações que corrigiriam os adolescentes em atos infracionais.

Nesse sentido, é imprescindível discorrer sobre o surgimento do Código de Menores. De acordo, com Passetti (2013), em um curto contexto sobre a regulamentação do Código de

Menores, observa-se que esse código foi criado para correção dos atos infracionais que crianças executavam. Diante disso, aprecie o contexto,

Inicialmente, com o decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923, surge o regulamento de proteção aos menores abandonados e delinquentes reconhecendo a situação de pobreza como geradora de crianças abandonadas e de jovens delinquentes. Logo depois, em 1927, aparece o Código de Menores regulamentando o trabalho infantil até que, com a Constituição de 1934, determinou-se a proibição ao trabalho dos menores de 14 anos sem permissão judicial. (p. 354).

Simões (2012) salienta que o Código de Menores era popularmente conhecido como Mello Matos. Ainda assim, podemos falar que a roda dos expostos já havia sido extinta e, com isso, as instituições que abrigavam os menores, tomavam conta dos mesmos. Dessa maneira, várias instituições foram sendo concebidas, dentre elas, em 1931 o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Em 1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a mesma contribuía para a execução das atribuições direcionada as Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor (FEBEMs), a qual era governada pela Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania.

A intenção do Código de Menor, segundo Simões (2012, p. 226) consistia em, “[...] passar do modelo correcional-repressivo para um modelo assistencialista, assente na concepção do menor como feixe de carências psicobiológicas, sociais e culturais”. Assim, aquela atitude de prender o menor começava a ser extinta, pois o primeiro código, como já mencionamos, tinha a intenção de corrigir o menor infrator.

Em meados da década de 1970 se tem uma nova regulamentação para o Código de Menor, por meio da Lei nº. 6.697 de 10 de outubro de 1979. Conforme Simões (2012) esse novo código tencionava que os menores que cometiam os atos infracionais não fossem mais tratado como delinquentes, mesmo que ainda precisassem ir as instituições que os abrigavam. Os menores que labutavam dentro das fábricas, foram amparados por essa nova lei. Diante desse cenário, se tem a integração familiar como fator relevante de mudança dos mesmos.

De acordo com Passetti (2013),

O Código de Menores de 1979 atualizou a Política Nacional do Bem-Estar do Menor formalizando a concepção “biopsicossocial” do abandono e da infração e explicitou a estigmatização das crianças pobres como “menores” e delinquentes em potencial através da noção de “situação irregular”. (p. 364)

Diante desse contexto, Passetti (2013), narra que foi necessária uma renovação nessa legislação, e se fez indispensável à reorganização desse código junto a Constituição Cidadã de 1988 que se anunciava.

À vista disso, a Constituição Federal de 1988, trouxe profundos avanços referentes aos direitos das crianças e adolescentes. Com isso, Passetti (2013, p. 364), faz um relato sobre a transição do Código de Menor de 1979 até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando que, “a Constituição de 1988 expressou o fim da estigmatização formal pobreza-delinquência e pode-se pensar, então, num novo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”. Levando-se em consideração o contexto apresentado se fez necessário excluir os termos relacionado à menor. Considerando esse pensamento observe que:

Abandona-se, definitivamente, o termo “menor”, carregado de preconceitos e interdições. As unidades de Febem seriam substituídos no atendimento a crianças abandonadas por programas descentralizados de “atendimento em meio aberto” em casas alugadas em vários pontos da cidade, para meninos e meninas que viviam na rua e que precisavam de adoção, orientação, escola ou trabalho. Para os infratores, porém, a situação continuaria inalterada a não ser pela recomendação do ECA aos juízes para disporem dela somente em último caso como diz o artigo 122, § 2º: “em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada”. (p. 364)

Com a promulgação da Carta Magna de 1988, surgiu a Lei federal nº 8.069, do dia 13 de julho de 1990. A mesma é referente à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo Leal (2010, p.147), “o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei federal nº 8.069, 13 de julho de 1990, pode ser considerado um dos desdobramentos mais importantes da Constituição de 1988, [...]”. Entendemos que a criança é uma cidadã de direito, a família, a sociedade e o Estado são responsáveis para garantir os seus direitos. Dessa forma, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 4º nos demonstra:

Art.4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Percebe-se que no atual contexto brasileiro, muitas crianças e adolescentes tem os seus direitos violados, e por isso, se faz necessário identificar tais violações que se caracterizam através do abandono, negligência, conflitos familiares, violência⁷ física, psicológica e sexual.

⁷ **Violência física** - Corresponde ao uso deliberado da força física ou do poder da autoridade no relacionamento com criança ou adolescente por parte de qualquer pessoa que exerça uma relação de superioridade, causando-lhe sofrimento físico. Esta relação de força baseia-se no poder disciplinador do adulto e na desigualdade entre adulto e criança. **Violência sexual**- É todo ato, jogo ou relação sexual, de natureza erótica, destinado a buscar o prazer sensual (com ou sem contato físico, com ou sem o emprego da força física), heterossexual ou homossexual, tendo como finalidade estimular sexualmente a criança ou o adolescente ou utilizá-lo para obter uma estimulação sexual para si ou para outra pessoa. **Violência psicológica** - É a interferência negativa do adulto sobre a criança ou adolescente mediante um padrão de comportamento destrutivo. Costuma apresentar-se associada a outros tipos de violência. **Negligência** - Corresponde aos atos de omissão, cujos efeitos podem ser negativos, que

Em uma de suas obras, Souza (2017), relata sobre o descaso que ocorre junto à criança e adolescente, como os responsáveis pelos próprios se tornam ausentes diante da problematização as quais são encontradas diariamente pela classe mais vulnerável. Observamos como a criança e o adolescente é frágil diante das refrações da questão social que englobam eles. Diante do que foi mencionado Souza (2017) corrobora:

A constituição de 1988 protege totalmente a criança e o adolescente ainda citando os responsáveis por protegê-lo, contudo, sabemos que nem todas as leis são aplicadas. Na maioria das vezes, o descaso com a criança e o adolescente, parte da própria família, que simplesmente o “joga” para rua, para ganhar dinheiro, não importando como for. A partir daí, surge outros problemas sociais, como a prostituição infantil, a violência, etc. Problemas estes que cada vez mais envolve menores. (p. 3)

Sendo assim, conforme o artigo 53º do Estatuto da Criança e do Adolescente, este contribui para que a garantia do direito voltado à educação seja executado de maneira eficaz, pois toda criança começa a ter conhecimento de seus direitos na maioria das vezes, no âmbito escolar. Dessa maneira, o ECA no artigo 53º relata a efetivação da educação:

A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Analisando os direitos civis da criança e do adolescente e a trajetória desses direitos, observamos que no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, de um lado temos uma legislação avançada, e por outro, as situações de violação de direitos na cena contemporânea é muito presente. A partir desse contexto, é fato que muitas das crianças e adolescentes se encontram em situação de vulnerabilidade social, devido as multifaces da questão social. Segundo o estudo da Fundação Abrinq, o Ceará tem 61% da população de 0 a 14 anos na pobreza. E atualmente, o mesmo vem crescendo a cada dia, e com isso, vão surgindo os problemas vulneráveis como a pobreza.

Situada nessa conjuntura temos a atuação do Terceiro Setor, o qual busca preencher as lacunas

representam uma falha do adulto em desempenhar seus deveres em relação a crianças e adolescentes, incluindo os de supervisão, alimentação e proteção.

deixadas pelo Estado. Para maior conhecimento, no capítulo a seguir iremos discorrer sobre a intervenção deste setor na sociedade capitalista.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERVENÇÃO DO TERCEIRO SETOR: RELATOS SOBRE O PROJETO ANJINHO DE DEUS

4.1. A Atuação do Terceiro Setor diante das lacunas deixado pelo Estado

Nos estudos de Montaña (2010), ao adentrarmos no contexto histórico sobre o Terceiro Setor, o mesmo tem origem norte-americana, surgiu em meados de 1978, nos Estados Unidos da América, sendo seu criador o senhor John D. Rockefeller III.

No contexto brasileiro, vem por intermédio de um colaborador da Fundação Roberto Marinho. O mesmo seria apresentado ao mundo através das empresas e intelectuais ligados à classe burguesa, fazendo com que parássemos para refletir o porquê desta grande dedicação em desenvolver tais ações voltadas a filantropia relacionada à questão social Montaña (2010).

Em relação ao termo terceiro setor ainda não existe evidências concretas que marque uma data fixa que dê origem ao uso do termo, pois percebemos que com o seu surgimento do termo o mesmo permanece como “uma verdadeira escuridão nas análises dos seus teóricos,” como afirma Montaña (2010). Mediante a esse surgimento o autor reflete:

Surgiu na década de 80, numa construção teórica, com a preocupação de certos intelectuais ligados a instituições do capital por superar a eventual dicotomia público/privado? Teria data anterior, nas décadas de 60 e 70, com o auge dos chamados “novos movimentos sociais” e das “organizações não governamentais”? Seria uma categoria vinculada às instituições de beneficência, caridade e filantropia, dos séculos XV a XIX(ou no Brasil, com as Santas Casas de Misericórdia, Cruz Vermelha etc.)? Sua existência data da própria formação da sociedade, conforme os contratualistas analisam? (p. 55)

Assim, Montaña (2010), ainda nos relata que o terceiro setor foi criado por pessoas com grande poder aquisitivo e elevados níveis de conhecimento. Dessa maneira é importante falar que existe um interesse de classe, para as elevadas mudanças da classe burguesa.

No entanto, sabemos que esse setor ainda fica muito a desejar, pois como seria obrigação do Estado cumprir para com suas obrigações e o mesmo não faz, pessoas de poder aquisitivo vem tomando à frente e atuando conforme vossa vontade, onde busca solucionar problemas que seria obrigação do Estado cumprir, mas o mesmo não faz sua parte. Antes de nos aprofundarmos nesse terceiro setor, vamos ver como se fundamenta as ações sociais vivenciadas pela sociedade civil e o Estado.

A sociedade está subdividida em três setores, que são: Primeiro setor, segundo setor e terceiro setor. Para Simões (2012, p. 471), o chamado Primeiro Setor, “[...] é o conjunto das atividades do estado consideradas essenciais ao interesse público e de sua exclusiva

responsabilidade, como administração da justiça, a elaboração e aprovação das leis e o poder de polícia”. Dessa maneira, a atuação do Estado deveria ocorrer de forma sistemática, deixando o governo com a incumbência de resolver as questões sociais pertinentes na sociedade. O conceito de Segundo Setor nas leituras de Montañó (2012) considera que,

O segundo setor é o da sociedade civil, concebido pelo conjunto das atividades privadas, com finalidades estritamente particulares, da indústria, comércio, bancos, agronegócios, clubes, escolas, sindicatos, cooperativas, associações e uma infinidade de serviços em geral; cujo núcleo central são as empresas e os trabalhadores e inúmeras atividades, inclusive sem fins lucrativos, mas cuja natureza não afeta, necessariamente, ao interesse público. (p. 471- 472).

Nessa concepção, observamos que o maior protagonista desse segundo setor são as empresas privadas, as quais tem interesse em ampliar ao máximo suas atividades econômicas. Atividades essas, que venham beneficiar os mesmos. Ainda assim, partimos para o Terceiro Setor, que de acordo com Simões (2012), é um agrupamento complexo de fluxos, que englobam redes e grupos com elementos estatais ou não estatais, de cunho nacional ou global.

Para Montañó (2010, p. 54), o “terceiro setor teria vindo para resolver um problema de dicotomia entre público e privado”. Diante disso, é considerável afirmar que o chamado terceiro setor surgiu exatamente para preencher as ausências do Estado, que deveria dar mais atenção a esse setor, mas infelizmente, o mesmo não se responsabiliza, deixando tudo nas mãos das organizações não governamentais que acabam abraçando a causa.

Ainda assim, Dias e Matos (2012), acrescenta como as organizações se interligam ao terceiro setor, formando vários tipos de instituições as quais corroboram para que os projetos elaborados na própria, atuem de maneira eficaz mesmo com a ausência financeira do Estado em meio às ações executadas. Diante disso, considere que,

O terceiro setor é formado de vários tipos de organizações que, embora tenham características comuns, também apresentam particularidades importantes que as tornam úteis em determinadas circunstâncias e não em outras. São encontradas sob as mais diversas denominações como: fundações, organizações não governamentais, entidades filantrópicas organizações sociais sem fins lucrativos, organizações sociais entre outras.

Nesse sentido, observando o cenário atuante do terceiro setor, vemos a atuação das Organizações Não-Governamentais em diversas categorias e setores que se articulam entre si. Dessa maneira, podemos expor algumas delas conforme Montañó (2010) narra,

[...] as organizações não governamentais (ONGs), as organizações sem fins lucrativos (OSFL), as organizações da sociedade civil (OSC), as instituições filantrópicas, as associações de moradores ou comunitárias, as associações

profissionais ou categorias, os clubes, as instituições culturais, as instituições religiosas, dentre tantos outros exemplos. (p. 56)

E como agem os membros dessas ONGs? Os mesmos participam de soluções de problemas coletivos e suas principais características são: não ter fins lucrativos, é monotemático, se ocupam de um tema pontual e se especializa nesse assunto, sua formação é própria e tende a fazer a vontade de seus associados, respeitando sempre a posição daqueles com os quais atuam, onde mantém um pleno respeito pelas filiações religiosas, políticas ou de qualquer outra natureza, dos indivíduos e grupos sociais com os quais têm contato. (Dias e Matos, 2012).

Dessa maneira, é relevante percebermos que o objeto estudado, o Projeto Anjinho de Deus, se contextualiza com o que acabamos de citar e se classifica como uma categoria analítica mencionada acima, ou seja, está relacionado a instituições religiosas. Dias (2003), relata sobre o conceito de Organização Não- Governamental:

Em 1940 a Organização das Nações Unidas-ONU, define o conceito de Organização Não Governamental – ONG que são as entidades, da sociedade que atuavam com projetos humanitários ou de interesse público. Sua expansão ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, na América Latina, onde se começou a perceber seu importante papel na luta contra os Estados, bem como sua importância na construção de políticas públicas e na implementação de mudanças. (p. 15)

De acordo com Dias (2003), as Organizações Não Governamentais (ONGs) que se articulam dentro do terceiro setor como mencionado, envolvem organizações que exercem as mais variadas ações, e têm em comum a atuação com questões pontuais ou envolvidas a grupos específicos da sociedade.

Diante do exposto percebemos que as ONGs, foram criadas para preencher lacunas em que o Estado tira sua responsabilidade na garantia dos direitos sociais e repassa a responsabilidade para cada indivíduo.

Deste modo, vem sinalizar uma clara ligação com os interesses da classe burguesa fazendo com que ela se torne mais poderosa. Como observamos na Constituição de 1988, o Estado é responsável em garantir os direitos sociais de todos os cidadãos. A vista disso, o cumprimento do próprio não acontece de forma efetiva, devido à ausência de garantia de direitos, as ONGs tomam para si essa responsabilidade de orientar cada sujeito. De acordo com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, em seu estatuto⁸, no artigo 2º, define ONGs:

⁸ Disponível em: < <http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 19/11/2017.

[...] são considerados Organizações Não- Governamentais – ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições essa, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

No decorrer dos anos as ONGs passaram a ser chamadas especificamente de Terceiro Setor, por ser um setor que envolve certo número significativo de instituições e organizações. A mesma é composta por organizações não governamentais, organizações essas sem nenhum fim lucrativo e que são apresentadas como: associações, empresas ditas “cidadãs”, instituições filantrópicas entre outras, e ainda por pessoas que doam seus serviços, sejam eles voluntários ou não. Para Fernandes (1995), expõe sobre a composição e o conceito de Terceiro Setor. É interessante citarmos a maneira em que ele destaca o cidadão como protagonista das várias reivindicações em meio à sociedade civil. Consideramos que,

Terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, filantropia e do mecenato e expandido o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES, p. 27).

Para que possamos entender melhor o conceito de terceiro setor, o autor acima afirma que o mesmo é composto de organizações não governamental sem nenhum interesse financeiro, sendo que, é mantida por participações voluntárias, e que não há se quer ajuda financeira do Estado, ações executadas vêm de práticas tidas como: religiosas, filantrópicas e mecenato e expandi o seu contexto para outros domínios graças à prática de cidadania e manifestações da sociedade civil. Os autores Dias e Matos (2012, p. 113) acrescentam:

É importante reafirmar que as organizações sem fins lucrativos não representam uma novidade no cenário social. Elas sempre existiriam ao longo de todo o processo de consolidação do sistema capitalista. São organizações que não visavam ao lucro e não pertenciam ao Estado. O diferencial é que, ao longo da história, essas organizações nunca chegaram a ter o papel que vêm assumindo atualmente, chegando a se constituir numa alternativa aos dois setores tradicionalmente existentes. (p.113)

Sabemos que as organizações sem fins lucrativos sempre existiram, mas que ao longo de todo processo houve uma consolidação capitalista, que não tinha interesse nenhum aos lucros e muito menos pertenciam ao Estado. Vale ressaltar que as organizações nunca tiveram papéis importantes no chamado Terceiro Setor.

Segundo Dias e Matos (2012, p. 113), “o espaço das organizações do terceiro setor vem se ampliando porque se caracterizam mais como uma manifestação da cidadania em um estágio superior de organização e participação do que como uma alternativa política e social”. Ainda segundo relatos dos autores, os mesmos, acreditam que:

A ideia de aumentar o papel desempenhado pelas organizações do terceiro setor traz em seu bojo a visão de que estas entidades sem fins lucrativos poderiam desenvolver uma administração mais eficiente na medida em que estariam submetidas à competição, e haveria maior transparência no uso dos recursos públicos na medida em que existisse uma maior fiscalização por parte da sociedade civil. O poder público realiza contratos de gestão com essas organizações especializadas, que assim prestam serviços por prazo determinado, que só será renovado se forem alcançados. (DIAS e MATOS, p. 116 - 117).

Diante disso, observamos que a dificuldade encontrada por essas organizações é a falta de suporte advinda do Estado, que não cumpri com suas responsabilidades, em que em algumas ocasiões, empresas privadas tendem a arcar com gastos que deveriam ter sido feitos pelo Estado.

Dias e Matos (2012), relatam que a independência dessas organizações parte também de ações direcionadas a busca de recursos por meio de instituições internacionais, de Estados diferentes e auxílio do mercado. Com essa capacidade de captação de recursos nos mais diversos setores faz com que torne a organização cada vez mais autônoma e capaz de realizar parcerias com setores que mais contribuem para a realização do seu fim específico.

Vimos que o terceiro setor mesmo com suas contradições tem certa importância na sociedade capitalista, pois em determinadas comunidades os direitos sociais só são aplicados e atendidos por meio dessas organizações, ou seja, há uma ausência quase total do Estado em determinadas comunidades, sem a atuação dessas organizações o que seria dessas pessoas? Essa é uma pergunta que nos inquieta.

No que se refere ao objeto dessa pesquisa, que é o Projeto Anjinho de Deus podemos observar que este está inserido na lógica do Terceiro Setor. É importante frisar que esse projeto tem papel importante na vida das crianças e de seus familiares os quais residem no bairro Acaracuzinho que fica localizado no município de Maracanaú – Ceará.

Dando ênfase a educação e orientando as demais políticas públicas sociais, que vem a favorecer crianças e familiares do projeto, buscando sempre a efetivação e garantia dos direitos sociais, e dando relevância à evangelização cristã, é assim que atua o Projeto Anjinho de Deus. Com isso, o projeto tenta viabilizar essa garantia de direitos sociais, através de atividades diárias executadas dentro da própria instituição e o acompanhamento na vida das crianças em seu meio de convivência, fazendo com que a efetivação desses direitos aconteça.

Por outro lado, é oportuno destacar que o Estado deixa lacunas pertinentes no meio social e na vida das crianças e adolescentes, pois de acordo com o artigo 15º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

Na execução dos direitos sociais, observa-se que na Lei nº 8.069 que está em vigor desde 1990 por meio do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em seu artigo 7º, garante que, “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

De acordo com os aspectos analisados, o Projeto Anjinhos de Deus, ou seja, obscurece um dever do Estado no que se refere a garantia desses direitos, buscando atuar na efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, contribuindo para a promoção e melhorias de cada um em seu desenvolvimento social.

Diante disso, após todo conhecimento exposto, observamos que a atuação do terceiro setor e todas as suas várias representações é de grande relevância ao meio social, pois se não fosse à existência dessas organizações a grande parte da sociedade estaria fragilizada, o pauperismo dominaria não somente a situação vulnerável financeira, mas em todos os aspectos.

Após todo conteúdo exposto sobre o Terceiro Setor e suas muitas expressões na sociedade, a seguir, abordaremos acerca da atuação do Projeto Anjinho de Deus, um projeto social desenvolvido na comunidade do Acaracuzinho, apresentando as narrativas de mães e voluntárias.

4.2. “Direito é algo que nos pertence”: e as narrativas das interlocutoras da pesquisa

Antes de adentrarmos nas narrativas coletadas junto às interlocutoras, é relevante conceituar o que é uma narrativa. De acordo com Bauer e Gaskell (2013, p. 90), “as narrativas começaram a surgir nos últimos anos, sendo de grande interesse aos pesquisadores de ciências sociais”. A mesma tem origem na poesia do filósofo Aristóteles. Assim, vemos que as narrativas são expostas de maneira discursiva, da forma em que contamos uma história.

Desse modo, os autores enfatizam que as narrações podem ser infinitas, de forma variável e estão expostas em qualquer lugar. Para os autores Bauer e Gaskell (2013, p. 91), “através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma

sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimento que constroem a vida individual e social”. Dentro desse conceito, observamos o quão é valiosa essa técnica para esse estudo.

As narrativas se tornaram um método de pesquisa muito difundido nas ciências sociais, sendo que, suas discussões vão além do seu emprego como método de investigação, podendo, contudo, ser apresentada das seguintes formas: Narrativa discursiva, narrativa como história, narrativa como história de vida e histórias sociais que foram abordadas por teóricos culturais e literários, linguistas, filósofos da história, psicólogos e antropólogos Bauer (2013).

É oportuno também, destacar que na realização das oficinas fizemos o uso da construção de imagens, acreditamos junto com Loizos (2013), que:

Devido ao fato de muitos de nós usarmos os olhos para ler, há um sentido trivial, segundo o qual nossa leitura deste texto poderia ser chamada de uso de um método de pesquisa visual. [...] Mas com situações as imagens estão apoiadas tanto em texto escrito como na apreensão de fotografias ou pinturas, e em palavras faladas gravadas em som-trilha de vídeo. Fotografias e sequências de vídeos que podem também incluir palavras escritas. (p. 139)

O objeto de pesquisa deste estudo trata forte do emprego de narrativa na investigação social e narrativa como história de vida, onde discutiremos elementos dessa e apresentaremos algumas entrevistas como uma técnica de coleta dados.

Ressaltamos que foram entrevistadas 04 interlocutoras e 03 voluntárias conforme apresentado, e essas serão denominadas com nomes de mulheres da bíblia que relataram sobre a história de vida real do projeto Anjinhos de Deus.

Antes de acontecer as oficinas com os sujeitos da pesquisa, no dia 16/02 do corrente, entregamos em mãos um convite formal, chamando as próprias a participarem da pesquisa. Desse modo, a realização das oficinas aconteceu nas seguintes datas 23/02 e 12/04. A disposição das oficinas aconteceu com a seguinte temática: Na oficina 01 nos apropriamos do título, “mobilização”. Dessa forma foi possível convidar e articular as mães para participar da pesquisa.

A segunda oficina foi intitulada “O que é direito?”. Durante esse segundo momento com as interlocutoras, discutimos especificamente sobre o que elas entendem o que é direito. Logo, por meio das narrativas das participantes foi possível a realização da coletada de dados. As oficinas aconteceram na Associação Fanuel, conforme mostra figura I a seguir:

Figura I - Oficina de Mobilização.



Fonte: Pesquisa de campo

Analisando as figuras, entendemos que a oficina foi essencial para a apresentação dos objetivos da pesquisa, através desse momento foi possível perceber como as mães estão envolvidas com o projeto, e o quanto elas se sentem acolhidas e mobilizadas pelas atividades propostas pela instituição. Através de registro fotográfico foi possível enxergarmos as expressões de felicidade que as mães demonstravam, pois nunca tinha sido convidadas a participar de projetos como esse, as próprias afirmaram que foi uma honra para elas estarem ali.

Em seguida, realizamos uma dinâmica de mobilização, em que foi entregue uma folha em branco e um lápis de cor para que cada uma desenhasse o que tem de aspectos positivos e negativos em relação a si mesma. A seguir, apresentaremos as falas das interlocutoras e voluntárias, onde cada uma relatou sobre a oficina.

Foi possível observar nos desenhos que a maioria das mães desenhou um coração. Dando ênfase a gravura de Esther é evidente observarmos o relato dela: “Fiz um coração, pois tenho um coração bom e minha qualidade é meu coração ser bom”. Nessa mesma direção Maria de Nazaré, Ruth e Isabel também desenharam um coração: Isabel definiu o desenho de um coração com a seguinte fala:

Desenhei um coração com pessoas e crianças, gosto muito de conviver em comunidade e conhecer pessoas, fazer amizade, ajudar o outro, gosto de viver em família e também de cuidar dos filhos de vocês e me dedico muito a esse projeto e o que faço é de coração.

Maria de Nazaré relata: “Desenhei um coração, porque uma criança do projeto falou para mim que Jesus está dentro do meu coração”. Ruth diz o seguinte: “Desenhei um coração,

acho que tenho um coração bom. Desenhei uma rosa não porque me acho uma rosa, mas sim, porque vocês do projeto são uma flor para nossos filhos”. A mesma definição é corroborada por Sara que relata: “Vejo-me como uma rosa porque eu amo, me vejo no jardim como muitas rosas e até me alimento delas, por isso que desenhei rosa porque quero ser como uma rosa”.

Conforme os relatos, percebemos que muitas mulheres desenharam um coração, por enxergar um olhar mais fraterno que a imagem representa. Logo, se sentem parecidas com o desenho, pois no contexto histórico, a imagem do coração traz pensamentos positivos, como de amor, carinho, atenção, respeito, entre outros. Para muitos o coração, é como se fosse o lugar onde tem os nossos melhores sentimentos. De acordo com Bock et al (2008):

O coração tem razões que a própria razão desconhece. Quais são essas razões? São os nossos afetos, que dão um colorido especial à conduta de cada um e a as nossas vidas. Eles se expressam em desejo, sonhos, fantasia, expectativa, palavras, gestos no que fazemos e pensamos. É o que nos faz viver. Para falarmos de afeto, seria preferível dar a palavra aos poetas. Eles sim o expressa de uma maneira tão clara, tão precisa, que traduz com perfeição estados internos que não cabem na racionalidade científica. (p. 162)

Quando se fala de amor você fala em coração, pois para os autores o coração tem razões que a própria razão desconhece. Ele expressa desejos que vem de dentro e dão um colorido especial em nossas vidas, pois quando falamos em amor, falamos de nossos sentimentos e foi o que nossas interlocutoras expressaram através de seus desenhos.

Porém, não foi só o coração que elas destacaram, existem outras figuras mencionadas que veio despertar interesse conforme narra à interlocutora Priscila, (64 anos) que diz: “desenhei várias crianças porque gosto de crianças e esse foi o dom que Deus me deu de cuidar delas”. Na fala da voluntária foi possível perceber a questão religiosa, do amor ao voluntariado, e que isso seria uma forma de missão que ela recebeu e dom de Deus em que ela precisa externalizar esse sentimento. Percebemos que isso é um dos caracteres fortes que baliza as intervenções de organizações religiosas, que é a questão do voluntariado, na perspectiva de uma missão e caridade.

Dando continuidade às oficinas, as interlocutoras apresentaram seus aspectos negativos, onde cada uma se expressou de forma espontânea, como mostra os relatos abaixo acerca do ponto de vista de Sarah e Maria de Nazaré, em que relatam seus pontos negativos como: Sarah diz; “Eu acho ruim a humanidade, pois o mundo não está como Deus fez”. Maria de Nazaré complementa: “O que tenho de ruim é a cabeça, porque a atitude de ruim é o pensamento, e a parte mais difícil é de olhar para o outro, e nós? Olharmos para nós, é bom sempre tá olhando para dentro de nós mesmo”.

Já Esther, Deborah, Isabel e Priscila têm também pensamentos diferentes em relação a seus pontos negativos. Esther relata: “Meu defeito é ser muito briguenta rígida e grosseira com meus filhos, as pessoas me julgam por eu ser assim, não posso mudar é por isso que meus filhos estão aí seguindo no caminho certo”. Deborah menciona que “meu defeito é não gostar de gente falsa, você pensa que tem amigo, você conta sua vida e depois descubro que esse amigo é falso com você isso eu não consigo perdoar, eu convivo mais não consigo perdoar”. Isabel relata “sou uma pessoa distraída tem que ter mais atenção, esse é meu defeito, tenho que prestar mais atenção na vida”. Priscila cita “que não gosta de bagunça e reclama muito, e isso a torna uma pessoa às vezes, chata”.

Por outro lado, percebemos que muitas têm certa revolta dentro de si, por serem mulheres que tem uma trajetória cercada por sofrimento. Dessa forma carregam muita amargura na vida e que elas não conseguem se libertar desse sentimento. Conforme Bock et al (2008):

O importante é compreender que a vida afetiva – emoções e sentimentos-compõe o homem e constitui um aspecto de fundamental importância na vida psíquica. As emoções de sentimento são como alimentos de nosso psiquismo e estão presentes em todas as manifestações da nossa vida. Precisamos dele porque dão cor e sabor a nossa vida, orientam-nos e nos ajudam nas decisões. São elementos importantes para nós, que não podemos nos compreender sem os sentimentos e as emoções. (p. 169)

A esse respeito é oportuno verificar a colocação de Bock, que é um psicólogo, quando fala das emoções e sentimentos, mas que não podemos deixar de falar que para além dos aspectos subjetivos é apropriado destacar os aspectos sociais, que envolvem a questão do pauperismo, e as questões gerenciadas por essas mulheres que se materializa conforme já dissemos, é na situação de violência, pobreza, fome e desemprego, num contexto de exclusão e vulnerabilidade social fruto da sociedade capitalista. De acordo com Santos (2012):

É evidente, que, por exemplo, a pobreza-muitas vezes tomada como expressão máxima da “questão social” somente pode ser entendida quando considerada a partir da incapacidade de reprodução social autônoma dos sujeitos que, na sociedade capitalista remete de modo central a questão do desemprego. (p.134).

Uma das questões mais relevantes da sociedade atual é o pauperismo, pois a pobreza é vista hoje como uma miséria, e a própria é fruto das refrações da questão social. Na verdade, ninguém pede para serem pobre, elas estão nessa situação por não terem oportunidade de uma qualidade de vida melhor. Segundo estatística do IBGE entre 2016 e 2017, a pobreza no Brasil, subiu 11% e atinge 7% da população, assim, é considerado em extrema pobreza aquele que

ganha menos de R\$ 4,55 ou R\$ 136,00 por mês. Ficando impossível sustentar a família. As famílias atendidas pelo Projeto Anjinho de Deus em sua maioria se caracterizam como famílias pobres, de acordo com o estudo acima citado.

Vejamos a seguir, as imagens que condensam os cartazes elaborados por elas que expressão sentimento positivos e negativos.

Figura II – Expressões artísticas do positivo e do negativo



Fonte: Pesquisa de campo.

Através da oficina as interlocutoras puderam expressar por meio da construção de desenhos o que representavam os aspectos positivos e negativos relacionados a elas próprias. Mais do que isto, a oficina possibilitou uma aproximação das mesmas com o pesquisador, pois houve um momento de descontração, sendo que na hora da apresentação dos desenhos as mesmas estavam bastante seguras em poder expressar seus sentimentos. Observamos que algumas expressavam risadas, outras discordavam ou concordavam, mas no final todas aceitaram a opinião uma das outras.

No dia 12 de abril do ano corrente, promovemos outra oficina sobre “o que é direito?” Nesse momento, dividimos o grupo em três subgrupos, pois eram muitas mulheres e com essa

divisão foi mais viável para se trabalhar. Cada um ficou responsável em desenhar sobre o que é direito. E elas ficaram á vontade e não se sentiram inibidas.

No final, foi escolhido um desenho de cada grupo e uma representante para discutir o tema abordado, conforme mostram as figuras a seguir:

Figura III - Oficina: O que é direito?



Fonte: Pesquisa de campo.

A partir desse momento, começaremos as narrativas do grupo 01, composto por Sara, Ruth e Esther. A representante do grupo escolhida para relatar foi Ruth:

Para nós os governantes não olham para a classe menos favorecida, nossa comunidade nesse momento precisa de policiamento, pois estamos sem proteção, à saúde é muito precária porque o atendimento no posto de saúde é marcado por área e muitas vezes não somos atendidas porque tem que chegar de madrugada para pegar ficha e como é muita gente as fichas não dá para todos. Precisamos também de uma ponte urgente onde tínhamos uma feita de tábuas e no tempo chuvoso e desfeita, já o saneamento não tem ficando muito a desejar.

O grupo 02, composto por Deborah e Maria de Nazaré, teve como representante Maria de Nazaré:

Não temos lazer para nossos filhos, segurança que é boa não tem, falta creche, tem a do Novo Oriente e lá temos que passar dois anos de espera e tem uma escola que se chama Patati e Patatá e lá não é integral, pois dificulta muito porque temos que trabalhar e só tem escola integral em Pajuçara, o posto de saúde fica muito a desejar tem que acordar para pegar ficha.

O grupo 03 formado por Isabel e Priscila, foi representado por Isabel:

A gente fez três desenhos e o que está mais presente é a escola, segurança e a saúde. Tudo isso tem em parte, direito é algo que nos pertence, algo que nós temos, eu não preciso fazer um favor para ter direito não, essa política já passou foi só no tempo dos coronéis. A gente pago imposto até de uma caixa de fósforos, então tudo isso a gente tem, mais tem em parte e não em qualidade.

Diante das narrativas, os grupos divididos falaram sobre os direitos e observamos que a maioria está preocupada com a saúde, educação, segurança e lazer. Nesse sentido, é notável a ausência dos direitos sociais, pois fica muito a desejar e, por vezes, o que seria responsabilidade de nossos governantes, a população busca através dos trabalhos desempenhados por organizações da sociedade civil que a priori assumem um trabalho que deveria ser realizado pelo Estado.

É importante destacar que a atuação das ONGs a exemplo do Projeto Anjinho de Deus é limitada. Como ressaltam as interlocutoras, as expressões da questão social são amplas, no que se refere à saúde e a segurança, que não são aspectos de intervenção do Projeto Anjinhos de Deus, pois o próprio busca uma atuação pontual nas políticas de educação e lazer.

Através das narrativas, percebemos que todos os grupos estão cientes de seus direitos e, atualmente, as pessoas estão cada vez mais atentas em relação ao que é direito do cidadão. Ressaltamos que todos esses direitos estão previsto na Constituição de 1988, de acordo com: o Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o

transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Todos têm direito a educação gratuita e de boa qualidade. Também é um direito de cada cidadão ter uma saúde digna, pois o direito a saúde é de extremo valor para a sociedade, porque a mesma se refere a qualidade de vida. Conforme a Lei Orgânica da Saúde de nº 8080 de 19/09/1990 no art. 3º:

O nível de saúde expressa a organização social e econômica do país, tendo a saúde como determinante e condicionante, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Se a Constituição Federal de 1988 junto a Lei nº 8080 nos assegura do direito à saúde, obviamente os acessos aos direitos sociais deveriam estar mais próxima de cada cidadão, diante disso, a possibilidade de usufruir os mesmos com qualidade, dispondo de moradia, saúde de fácil acesso, água tratada, transporte com preços acessíveis à comunidade e lazer para todos, sem falar da garantia ao trabalho. Contudo, não é isso que ocorre.

Parafraseando Marx, Ricardo Antunes fala da importância do trabalho, que o trabalho se realiza mediante uma “relação metabólica do homem com a natureza” onde o homem, ao mesmo tempo em que se transforma, ele também transforma a natureza. Contudo, podemos observar que uma vida cheia de sentidos não se resume ao trabalho o homem tem direito ao acesso a esporte, arte, cultura e lazer. De acordo com Antunes (2013):

Dizer que uma vida cheia de sentido se encontra numa esfera de trabalho seu primeiro momento de realização é totalmente diferente; dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo. Na busca de uma vida cheia de sentido, a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música o momento de criação, o tempo de liberdade, tem um significado muito especial. (p. 143)

Diante do relato também é previsto em Lei que todos temos direito ao lazer, onde possamos usufruir nos tempos livres, pois o lazer traz grandes benefícios tais como: paz de espírito, alegria, felicidade, onde busca melhorar a vida humana.

Por outro lado, a segurança é de extrema necessidade e também de obrigação do Estado, que por meio da própria mantém a população resguardada, pois a segurança é fundamental para que os cidadãos se sintam protegidos. Para que tenhamos direitos, temos que saber reivindicar pelos mesmos, é nosso direito como cidadão buscar o melhor. Diante dos relatos, observamos que as interlocutoras estão cientes dos seus direitos e que hoje elas não ficam mais caladas e estão reivindicando por seus direitos.

A seguir, a figura mostra a representação de um dos grupos, acerca da definição de direito:

Figura IV - Oficina: O que é direito?



Fonte: Pesquisa de campo.

Através das gravuras nossas interlocutoras, vem expressar seus direitos como cidadão sistematicamente buscando por melhorias. A figura acima nos demonstra sobre o que é direito? De acordo com Telles (2006),

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948) incorporou os direitos sociais no elenco dos direitos humanos universais. São direitos que devem valer para todos, sem distinção de raça, religião, credo político, idade ou sexo: salário igual por um trabalho igual; previdência social em caso de doença, velhice, morte do arrimo de família e desemprego involuntário; renda condizente com uma vida digna; direito ao repouso, ao lazer e a férias remuneradas. No Brasil, essa concepção universalista de direitos sociais foi incorporada apenas em 1988, com a nova Constituição. No entanto, o que se vê é a profunda defasagem entre os princípios igualitários da lei (e os grandes ideais) e a realidade das desigualdades, discriminações, exclusões e violências que atingem a maioria da população. Será a pobreza inevitável? Se levarmos em conta as mudanças... (p.65)

Para a autora Telles, os direitos sociais são válidos para todos independentes de qualquer coisa. Nossas interlocutoras mencionam através de desenhos que todos temos direito à moradia digna, à saúde de boa qualidade, à saneamento básico em todo bairro e segurança,

pois nossas famílias estão se sentindo desprotegidas pela violência urbana que vem perturbando a paz de todos.

Mesmo assim, as interlocutoras estão cientes que esses direitos muitas vezes ficam somente no papel, mas que elas estão a cada dia, adquirindo mais conhecimento sobre seus direitos e vem buscando melhorias para a comunidade em si. De acordo com a figura III, esses direitos muitas vezes são violados pelo Estado por não cumprir com suas responsabilidades. A seguir, iremos relatar as atividades desenvolvidas pelo projeto e o acesso das famílias assistidas na garantia de seus direitos.

4.3. “Porto seguro”: O Projeto Anjinho de Deus em Narrativas e imagens:

Ao questionarmos acerca das atividades desenvolvidas no projeto, as voluntárias foram bem semelhantes em suas respostas, é oportuno destacar a descrição da fala de Priscila:

As crianças chegam por volta das 07h, primeiramente participam do reforço escolar, fazem atividades esportivas, tem um momento de espiritualidade, atendimento com a psicopedagoga, recreação, aulas de violão e artes maciais, participam de eventos conforme as datas comemorativas.

Assim, Maria de Nazaré uma das entrevistadas, enfatizou sobre as mudanças que vem observando no decorrer dos anos, de como o projeto contribui na vida de cada criança e seus familiares que por ali passam. Daí é significativo destacar a fala dela:

Para nós é muito gratificante vermos as crianças a cada dia mudando suas atitudes como: comportamento, melhoria na escola, relacionamento familiar onde os valores afetivos estão sendo resgatados e ganhando seu espaço na sociedade, pois antes eram excluídos da mesma e hoje estão se engajando socialmente como cidadão.

Através dos relatos das entrevistadas é possível perceber que o Projeto Anjinho de Deus, atua em diversas frentes de direitos dessas crianças, sendo que o mesmo está em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA), que de acordo com Art.15º: “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. O Art. 16 nos mostra os tipos de liberdade que veem garantir os direitos para a criança e o adolescente.

O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvados as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

O mesmo acrescenta que “toda criança seja ela rica ou pobre tem os mesmos direitos, direito a brincar, direito ao lazer, a uma educação digna e de qualidade”. É nesse sentido que o Projeto Anjinho de Deus atua na perspectiva em atender os direitos das crianças, e vem oferecendo as seguintes atividades: esporte, atividades lúdicas, reforço escolar, atendimento psicopedagógico, recreação, aula de violão e espiritualidade.

No decorrer das entrevistas, focamos sobre quais foram as maiores dificuldades encontradas no Projeto Anjinho de Deus, por elas. As três voluntárias ressaltaram que: “uma das maiores dificuldades encontradas em nosso projeto é a de ter voluntários, pois nosso projeto é amplo e precisamos muito de mão de obra para nos ajudar nas atividades com as crianças”.

Logo, a voluntária Isabel acrescentou a seguinte observação: “temos também a ausência das mães que deveriam está mais inseridas”. Dessa forma, enxergamos que o projeto não é só ir deixar as crianças na instituição. Existe um conjunto o qual colabora para o desenvolvimento pessoal e social desse indivíduo, o que é enfatizado pela voluntária em sua resposta.

Percebemos que para as voluntárias, existe uma reivindicação constante, em relação à presença das mães como voluntárias dentro do projeto, sendo que, elas não percebem que as mães precisam trabalhar para ajudar a custear as despesas de casa. É oportuno citar que as voluntárias que ali se encontram, prestam seu serviço gratuitamente, pois, sentem em seu íntimo com Deus que é sua missão, sendo que as próprias trabalham no contra turno como trabalhadoras assalariadas.

No decorrer das entrevistas, lançamos a seguinte pergunta: Como você define o Projeto Anjinhos de Deus? De todas as respostas, a que mais me chamou atenção foi o retorno que a voluntária Priscila trouxe em seus argumentos, veja:

É um projeto essencial para vida das às crianças que as frequentam, onde eles conhecem o verdadeiro amor de Deus, pois aqui não temos outro projeto igual a esse que trabalha a parte espiritual que é muito importante para a formação de cada uma e isso faz a diferença na vida das crianças e tem também a questão do reforço escolar que é muito importante, pois temos obtido grandes êxitos na escola que tem nos

deixado muito feliz, sem falar da parte alimentar, onde muitas crianças tem uma alimentação saudável e de qualidade.

Dessa forma, observamos que o desejo de ser voluntário de um projeto, não é atuar por caridade, mas contribuir para que a efetivação dos direitos sociais de cada cidadão seja garantida. De acordo com a Lei do Voluntariado nº 13.297 de 16/06/2016 nos art.1º ao 3º:

Art. 1º. Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

Art. 2º - O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições do seu serviço.

Art. 3º - O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias. Parágrafo único: As despesas a serem ressarcidas deverão está expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Ser voluntária na perspectiva destas interlocutoras está relacionado a se doar por inteiro, onde as mesmas fazem isso por amor, se dedicando ao máximo ao projeto que as mesmas ajudaram a construir de forma direta. Pois para elas é bastante satisfatório ajudar na formação dessas crianças que participam do Projeto Anjinho de Deus. As próprias relataram que ser voluntária é fazer o bem sem olhar a quem, e doar-se de coração, é um prazer muito grande. Sem falar que elas ainda acrescentam que são pessoas de bem e coração bom.

Nesse sentido, é oportuno destacar nas leituras de Iamamoto e Carvalho (2011), as ações da Igreja Católica direcionada as práticas da caridade. Como a própria se mobilizava diante da sociedade, com atuação assistencialista. É relevante percebermos que o desenvolvimento do voluntariado foi influenciado, exatamente pelo Catolicismo, desde meados de tempos passados, vejamos o que os autores relatam:

As instituições assistenciais que surgem nesse momento, como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, possuem já – não apenas no nível da retórica – uma diferenciação em face das atividades tradicionais de caridade. (p.176).

Nesse contexto, observamos que nos dias atuais a igreja ainda corrobora para que essas práticas sejam desenvolvidas pelo fieis. Os líderes religiosos incutem com o uso da retórica que essas práticas agradam a Deus. Logo, podemos ver durante as narrativas apresentadas pelas voluntárias do Projeto Anjinho de Deus, o qual é de cunho religioso, isso é factual.

Não desmerecendo o trabalho do voluntário, mas é necessário um olhar crítico, pois o mesmo pode refazer a atual responsabilidade que seria dever do Estado em garantir as políticas públicas, além de contribuir para enfraquecer as políticas e implementar o neoliberalismo que é a retirada de responsabilidade do Estado, fazendo com que o voluntário assumira seu papel sem compromisso.

Após as narrativas dos voluntários, apresentaremos também os principais relatos das interlocutoras em relação ao Projeto Anjinho de Deus, onde as mesmas foram entrevistadas e relataram o que o projeto representa em suas vidas e de seus filhos. Segundo Sarah, o que a motivou procurar o projeto,

“Foi porque através dele pude me conduzir até o meu trabalho, por que se ele não existisse então eu teria que ficar em casa e não ia poder, porque tenho uma criança, e eu dependo desse projeto pra ele ficar nele, pra eu poder ir trabalhar, para me ajudar na renda de casa né?”

De acordo com a interlocutora Esther, a mesma relata que procurou o projeto, porque ouvi falar muito bem do mesmo e, “porque tem muita gente lá do condomínio que fala muito bem do projeto e eu gosto, pelo menos ele não fica nas ruas né, e eu gosto demais”. Enfatizando as falas dos sujeitos, é interessante destacarmos a fala da interlocutora Ruth, acerca do mesmo questionamento:

Eu procurei o projeto porque há muitos anos ele, e meu motivo é porque eu preciso trabalhar e as pessoas me chamam para lavar roupa, engomar e eu não tinha com quem deixar minha filha, e aqui, eu me sinto segura em deixar. Você tá entendendo? Aqui é um porto seguro pra mim e pra ela, eu me sinto feliz e segura de deixar ela aqui.

Através das narrativas observamos que as interlocutoras procuraram o projeto por não ter onde deixar seus filhos para trabalhar e que encontraram nele um porto seguro para que suas crianças não fiquem nas ruas enquanto precisam ficar fora. Pois segundo dados, o Estado do Ceará é hoje considerado um dos mais violentos, Fortaleza está entre as cidades mais perigosas, já o município de Maracanaú não fica atrás, de acordo com o Atlas da violência (2018), é o sexto município do país mais violento, e isso é uma das maiores preocupações das mães. Devido a essa violência a mãe vem se preocupando a cada dia, pois o projeto lhe traz essa segurança.

Como a necessidade em ter com quem deixar seus filhos é um fator preocupante colocamos a seguinte reflexão com os sujeitos, em relação ao Projeto Anjinho de Deus como as próprias conceituam. Logo, é oportuno destacar como todas consideram e entendem a

relevância do mesmo, conforme dito anteriormente. Merece destaque as seguintes narrativas:

Bom, vamos lá, vejo o projeto Anjinho de Deus, como uns dos projetos muito bom, pois através deste projeto muitas mães têm o privilegio de trabalhar tranquila, pois os voluntários tratam nossos filhos muito bem. É um projeto que já tem muitos anos aqui no nosso bairro, pois além de ser um projeto que funciona sem nenhuma ajuda da prefeitura de nosso município, até hoje está firme e forte, acolhendo várias crianças que precisa. Gostaria muito de agradecer a Deus, a todos que trabalham, pois tenho uma filha que passou cinco anos neste projeto e tudo que ela aprendeu eu agradeço a Deus e ao projeto, eu vejo o projeto de uma maneira muito boa, agradeço a Deus por meu filho está aqui, e sou muito grata por meus sobrinhos também estudar lá, eu gosto muito dos funcionários e do ensino que dão a todas as crianças que frequentam o projeto. Sem contar que só tenho a agradecer. Quando vejo uma criança passando necessidade corro até o tio Ageu e peço para pedir uma vaga para essa criança, mesmo tendo poucos voluntários ele sempre acolhe as crianças. (SARAH)

Eu acho um lugar maravilho, pois já é meu segundo filho que participa do projeto e não escolheria outro lugar para minha pequena ficar. E ela só vai sair daqui quando chegar a idade de sair, aqui é um lugar de aprendizado para ela e para mim é um lugar maravilhoso mandado por Deus, onde as tias se empenham na educação, disciplina e ensinam o que é certo e errado. (RUTH)

Entendemos que todas falam muito bem do projeto por ser um projeto que veio para relativizar a vida de seus filhos. E que muitas se sentem felizes por seus filhos fazerem parte do mesmo, por ser um lugar que contribui nos estudos e ensinamentos religiosos de acordo com o que foi relatado pelas interlocutoras. Percebemos esse caráter assistencialista da instituição, mas na realidade, sabemos que a própria contribui para sanar a ausência das responsabilidades do Estado. Por outro lado, o projeto sendo de caráter religioso, atraem os fiéis para que façam práticas referentes à caridade.

Diante desse cenário, foi lançada a seguinte pergunta as participantes da pesquisa: Você atribui a melhoria do crescimento de seu filho ao projeto? Em que o projeto contribuiu para essa evolução? Sarah respondeu: “com certeza, sem dúvida nenhuma no aprendizado, através do projeto eles aprende a rezar, ler e a escrever muitas coisas. E muitas coisas boas ele aprende aqui por ser um projeto muito bom”. Deborah enfatiza que, “na educação, porque o projeto se preocupa em ajudar o meu filho nas tarefas da escola e ainda tem reforço escolar que ajuda muito ele”. Com relevância damos destaque à fala de Ruth, veja:

Com certeza na educação, pois aqui eles não vêm só para brincar, eles vem para aprender e aprender sobre Deus. Eu acho isso muito importante, pois todo canto deveria falar de Deus, porque o mundo de hoje só a misericórdia de Deus e também pela forma que vocês tratam as crianças com muito amor, carinho e atenção e minha pequena é muito bem tratada.

De acordo com as falas das interlocutoras essas apresentam a importância da educação

que é essencial para a formação educacional de seus filhos, em que o mesmo está relacionado às políticas públicas. Conforme Enrique Saraiva, as Políticas Públicas trazem um leque de ações ou emissões ao meio social, sendo que a mesma visa garantir a efetivação de outras políticas necessárias na vida de todo e qualquer ser humano, com isso Saraiva (2007, p. 29) ressalta:

Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Para as interlocutoras o projeto é de ampla relevância na educação de seus filhos, pois o mesmo vem contribuir de forma abundante para o crescimento pessoal, intelectual e social de cada criança que participa. Fazendo com que tenham direito a uma educação de qualidade e que possa aprender mais sobre Deus. Muitas das interlocutoras relataram sobre a falta de segurança, de como a comunidade em que reside o índice de violência é constante e a vida do próximo não vale nada.

Com isso, durante as falas foi bem enfatizado que as próprias eram gratas ao projeto, pois, seus filhos não precisariam estar na rua, no momento em que elas estivessem trabalhando. Devido a toda essa banalização da vida, as quais estão vivenciado na conjuntura atual é preocupante nossas crianças ficarem ociosas e expostas a vulnerabilidade da criminalidade. Apesar da carência nas políticas públicas advindas do Estado, o Terceiro Setor ocupa uma grande parte de atuação.

Para o autor Montaño (2010) em sua fala relata muitas críticas pesadas em relação ao Terceiro Setor como sendo um grande defensor do capital, de modo que suas ações contradizem as boas intenções reveladas sobre ele e desse modo:

O conceito terceiro setor foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia ao complementar sua crítica, coloca também dentre outros fatores: [...] claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista (p. 53).

Segundo Montaño (2010), o Terceiro Setor por ter sido cunhado por intelectuais orgânicos do capital favorecia muito a burguesia, onde a classe trabalhadora era a menos favorecida, pois de um lado existiam os exploradores que queria pessoas individualistas e um

estado presente, e tinha como interesse maior dá lucros a classe burguesa e do outro a mesma classe tentava maquiagem tais ações para expandir seu capital de lucro, não se preocupando com a classe menos favorecida que precisa de mais atenção em relação os direitos sociais, que são deveres do Estado cumprir com suas obrigações, principalmente porque estamos à mercê da criminalidade.

Contudo, considerando as desigualdades sociais como marca inerente a sociedade capitalista, o Terceiro Setor, tem essa perspectiva contraditória, porque atende ainda que precariamente os direitos das pessoas. No caso do Projeto Anjinho de Deus trata se de um projeto que embora tenha um caráter religioso, caritativo e assistencialista que atende a ainda o público reduzido, tem a necessidade de atender aos direitos constitucionais das crianças especialmente o que refere o direito a brincar, ao esporte, reforço escolar, por isso o projeto é de grande relevância para as famílias atendidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, foi desenvolvida uma problematização entre a relação contraditória do Estado e o Terceiro Setor, com vista ao atendimento dos direitos sociais dos quais os cidadãos tem direito, mas que são negados.

Entendemos que as lacunas deixadas pelo Estado, interferem no social de cada cidadão, principalmente, os vulnerabilizados socialmente, e que deveriam ter o amparo legal dessa máquina, acabam por serem acolhidos por instituições Não Governamentais, como meio de ajustar o conceito de direito.

As famílias atendidas pelo o Projeto Anjinho de Deus fazem parte da classe trabalhadora e vivenciam o processo de exclusão que por sua vez se materializa nas dificuldades do acesso dos direitos sociais. Os relatos das participantes revelam que os governantes não olham para as classes menos favorecidas, ou seja, elas enfatizaram as deficiências e preocupações quanto ao acesso aos direitos tais com: saúde, educação, segurança e lazer.

Desse modo o Projeto Anjinho de Deus se tornou de suma importância para as mesmas especialmente na perspectiva das mães das crianças que precisam trabalhar fora e não tem como deixar suas crianças, e o local se tornou para elas um porto seguro. Pois antes não existiam projetos como esse na comunidade, em que elas se sentissem seguras para trabalhar.

Os dados obtidos através deste estudo foram alcançados com êxito pelo pesquisador, que foi a campo e coletou das interlocutoras narrativas, que mostraram o quanto o projeto Anjinho de Deus pode contribuir para o acesso aos direitos sociais das crianças atendidas. Acredito que as mães ao participar das oficinas ampliaram as suas percepções em torno da busca de seus direitos.

Citamos que nesse estudo foi possível reforçar a ideia de que o direito do cidadão tem que ser amparado pelo Estado, que é obrigação do mesmo dar melhores condições de vida a todos indiscriminadamente. Contudo, percebemos que o Estado, muitas vezes, deixa a desejar e que a partir daí as organizações não governamentais tendem a entrar em ação, o que não é de sua obrigação, e sim, do Estado em cumprir com seu dever.

É responsabilidade do Estado, manter o cidadão informado quanto os seus direitos. Direitos esses, que são garantidos por lei e deveriam ser oportunizados àqueles que vivenciam a vulnerabilidade social no seu dia a dia, como a falta de moradia, trabalho, saúde, educação, segurança e lazer.

Ressaltamos que este estudo não tem a pretensão de esgota-se, pelo contrário,

acreditarmos que outros estudos devem ser realizados no sentido de ampliar as discussões sobre a atuação do Terceiro Setor, que conforme já enfatizamos, tem um caráter contraditório na sociedade capitalista.

É importante destacar que o projeto pesquisado faz parte de uma ação da igreja católica que historicamente desenvolveu ações junto às comunidades mais pobres, e que não é possível desvencilhar que essa perspectiva caritativa, assistencialista tenha perpassado a própria proposta de atuação da entidade que está ligada a questão de edificar a alma e trabalhar a espiritualidade em relação à doutrina católica.

Citamos que mesmo amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ainda estamos galgando, a efetivação desses direitos para a formação psicológica e social da criança e do adolescente, enquanto cidadãos.

Faz-se necessário que a máquina “Estado” concentre suas funções em políticas sociais que amparem verdadeiramente os vulnerabilizados, para que possamos construir uma sociedade igualitária em direitos e oportunidades.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **OS SENTIDOS DO TRABALHO**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, boi tempo, 2009.
- BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e História. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva 2008.
- BRASIL. Lei Federal nº 8069, 13 de Julho de 1990. **ECA**, Estatuto da Criança e do Adolescente.
- _____. Lei Federal nº 13.297, de 16 de Junho de 2016. **Lei do voluntariado**.
- _____. Lei Federal nº 8.742, 7 de dezembro de 1993. **LOAS**, Lei Orgânica da Assistência Social.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PNAS, Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: MDS\SNAS, 2012.
- _____. Lei Federal nº 8080, de 19 de Setembro de 1990.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência**. Brasília: IPEA, 2016.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- COELHO, R.C. **Estado, Governo e Mercado**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC: CAPES/UAB, 2009.
- COMPARATO. Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 5. Ed. São Paulo, 2007.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos: sessenta anos de conquistas. **Revista Direitos Humanos**, v. 1, n. 1, 2008.
- DEL PRIORE, Mary organizadora 7ed, 1ª reimpressão. **História das crianças no Brasil**. Editora Contexto, 2013.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3a Ed., São Paulo, Atlas, 1995.
- DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processo**. São Paulo: Atlas: 2012.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERNANDES, Rubem César. **O que é o terceiro setor?**. Revista do legislativo, Belo Horizonte, n. 18, p. 26-30, abr./jun. 1997, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar(org). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

_____. **O serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social**. Esboço de uma interpretação histórico- metodológico. São Paulo, Cortez 2011.

LOIZOS, P. (2013). **Vídeo, filme e fotografia como documentos de pesquisa**. In M. W. Bauer & G. Gaskel (Orgs.). **A pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (pp. 137-155). (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 2000).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 9 ed. . Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MONTAÑO, Carlos, **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NARITA, Stella. Direitos Sociais: Direitos Humanos a serem universalizados. **Revista de Psicologia**, v. 1, n. 1, 2010.

OLIVEIRA, Adão. **Fronteiras da Educação: desigualdade, tecnologia e política**. Goiás: PUC, 2012.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política social: temas e questões**. 3ed, São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Silvio Luiz Ferreira. **Terceiro Setor**. Malheiros Editores, São Paulo, 2003.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social” particularidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SARAVIA, Enrique. **Políticas públicas**. Coletâneas. Volumes, v. 1, 2007.

SCHERER – WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**.20. ed. São Paulo:

Malheiros, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 6 .ed. São Paulo, Cortez, 2009.

SIMÕES, Carlo. **TEORIA & CRITICA DOS DIREITOS SOCIAIS: O Estado Social e o Estado Democrático de direito**. São Paulo, Cortez, 2013.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito em Serviço Social. Biblioteca Básica do Serviço Social**. Parte IV. Cortez, 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, v. 16, n. 39, 2017.

TELLES, Vera. **Direitos sociais: afinal do que se trata? Muitos lugares para aprender**, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC São Paulo, 2006.

VELHO, Gilberto. **Um Antropólogo na cidade ensaios de antropologia urbana**. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

AGUM, R.; RICARDO, P.; MENEZES, M. **POLÍTICAS PÚBLICAS: Conceito e Análise em revisão**. **Revista Agenda Política**, São Paulo, v. III- n.2, p.14-16, 2015.

GLATT, Rachel. **A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL**. Disponível em< http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2013/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Rachel%20Glatt.pdf> Acessado em 15/02/2018.

GLOBO, Site. **Mapa da violência**. O GLOBO. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/brasil/mapa-da-violencia-2016-mostra-recorde-de-homicidios-no-brasil-18931627>>. . Acessado em 10/09/2017

IBGE, Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14708-asi-peas-2013-678-das-entidades-de-assistencia-social-privadas-sem-fins-lucrativos-atendem-as-familias.html>>. Acessado; 10/09/2017

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Disponível em: <http://www.enap.gov.br/documents/586010/601525/160425_coletanea_pp_v1.pdf/ee7a8ffe-d904-441f-a897-c4a2252a2f23>. Acessado em 21/10/2017.

LURCONVITE, Adriano dos Santos. **A evolução dos direitos sociais: da Constituição do Império á Constituição Cidadão**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII,74, mar 2010. Disponível em<<file:///C:/Users/Aluno/Desktop/area2-artigo12.pdf>>acessado em 12/09/2017

Disponível em< <https://blogdaboitempo.com.br/2014/04/01/o-golpe-militar-de-1964-e-o-brasil-passado-e-presente/>> Acessado em 18/04/2018.

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: _____ desenvolvida por _____ . Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por _____, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) _____. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é _____. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, ____ de _____ de 201__

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha:

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DAS INTERLOCUTORAS:

- 1 - O que te motivou a procurar o Projeto Anjinhos de Deus?
- 2 - Como você define o Projeto Anjinhos de Deus?
- 3 - Você acha que o Projeto contribui para melhoria das condições de seu filho?

DAS VOLUNTÁRIAS:

- 1- Quais as maiores dificuldades encontradas no projeto?
- 2 - Como você define o Projeto Anjinhos de Deus?
- 3 - Há quanto tempo está atuando no Projeto como voluntária?